

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
BACHARELADO EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Marina Candelária Dias Batista

**FEMINISMO-CLASSISTA, ABORTO E A REDE SOCIAL INSTAGRAM:
AS POSTAGENS DO COLETIVO FEMINISTA-CLASSISTA
ALEXANDRA KOLLONTAI**

Porto Alegre

2022

Marina Candelária Dias Batista

**FEMINISMO-CLASSISTA, ABORTO E A REDE SOCIAL INSTAGRAM:
AS POSTAGENS DO COLETIVO FEMINISTA-CLASSISTA
ALEXANDRA KOLLONTAI**

Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Publicidade e Propaganda da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Publicidade e Propaganda.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Berenice Machado

Porto Alegre

2022

Esta monografia é dedicada às minhas camaradas Nanda, Vanessa, “Gabivet” e Angel, cujo apoio, contribuição e orientação foram indispensáveis para que ela existisse.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer meus pais, por me proporcionarem todas as condições e apoio para realizar a graduação de minha escolha, na universidade que eu quis, mesmo que isso significasse morar a muitos quilômetros de casa. O amor e suporte incondicional deles e da minha irmã, Júlia, foram o principal pilar que tornou possível todas as minhas conquistas.

Em segundo lugar, agradeço minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Berenice Machado, que abraçou o projeto dentro das minhas condições e limites e me guiou para que desenvolvesse o melhor trabalho possível.

Por último, mas definitivamente não menos importante, deixo meu agradecimento a todas as minhas camaradas do Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai. Que, juntas, ombro a ombro, sigamos lutando pelo fim do capitalismo e pela emancipação humana.

RESUMO

Transcorridas duas décadas do século XXI, profundas mudanças na vida da humanidade podem ser observadas e devem ser compreendidas a partir das diferentes determinações que a compõem, uma vez que nela há uma abundância de diversidades e multiplicidades passíveis de análise. Esta monografia apresenta uma abordagem do tema aborto na rede social Instagram através das lentes de uma organização política feminista-classista, tendo como objeto de estudo o perfil do Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai nesta plataforma. A pertinência deste tema se dá pela presença do aborto inseguro na vida das mulheres trabalhadoras do Brasil e do mundo, independente da sua proibição, e as consequências para essas mulheres e para a saúde pública. O método materialista-histórico-dialético orienta a discussão da história do movimento feminista, alcançando a abordagem atual em relação à luta pelo direito ao aborto da perspectiva classista e anti-capitalista. Para a pesquisa empírica, foram selecionados 5 posts do Instagram do CFCAK, cujo tema é a legalização do aborto. O objetivo geral desta pesquisa é apresentar como o Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai propaga o tema do direito ao aborto em sua rede social Instagram e inferir sobre as possíveis repercussões sociais dessa ação de comunicação digital. Quanto aos objetivos específicos, são eles: a) apresentar a posição do Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai sobre o tema do direito ao aborto; b) identificar e analisar elementos do design na comunicação digital: cores, fontes e imagens, e como eles se relacionam com o tema aborto e feminismo classista. Esses elementos gráficos analisados possibilitam identificar a influência do movimento artístico conhecido como Construtivismo russo, presente em materiais da URSS, como cartazes de propaganda política disseminados após a Revolução Russa, em 1917. Para a pesquisa empírica, foram selecionados 5 posts do Instagram do CFCAK, cujo tema é a legalização do aborto, que foram analisados a partir dos indicadores mencionados no objetivo específico b). Também foi realizada uma entrevista remota com uma das fundadoras do CFCAK, através das plataformas Google Forms e WhatsApp.

Palavras-chave: feminismo; feminismo-classista; aborto, redes-sociais; Instagram.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartaz com foto montagem de campanha por cozinhas nas fábricas	545
Figura 2 - Cartaz Construtivista de agitação “Vamos fazer isso”	556
Figura 3 - Perfil do Instagram do Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai	61
Figura 4 - Postagem relativa ao quadro Papo Classista (1)	634
Figura 5 - Postagem relativa ao quadro Papo Classista (2)	645
Figura 6 - Postagem relativa ao quadro Tá sabendo, trabalhador/a?	667
Figura 7 - Postagem relativa ao quadro Datas de luta (1)	678
Figura 8 - Postagem relativa ao quadro Dias de luta (2)	689

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANL - Aliança Nacional Libertadora

CGT - Confederação Geral do Trabalho

EFLAC - Encontro Feminista Latino-Americano e Caribe

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMM - Departamento para a Proteção da Maternidade e da Infância da URSS

ONU - Organização das Nações Unidas

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
2. FEMINISMOS: RAÍZES HISTÓRICAS E VERTENTES	Error! Bookmark not defined.2
2.1 Antes do feminismo, o método materialismo-histórico-dialético	122
2.2 As necessidades históricas das mulheres da classe trabalhadora: da relação capital-trabalho até o feminismo	155
2.3 O feminismo: conceito, origens e organização dos movimentos	199
2.4 O Feminismo Classista e seu desenvolvimento	255
2.5 Feminismos no Brasil	31
3. MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS E O ABORTO	346
3.1 De onde partimos: a história das mulheres trabalhadoras	356
3.2 O direito ao aborto	378
3.3 A comunicação a serviço da causa feminista	456
4. REDE SOCIAL INSTAGRAM DO COLETIVO FEMINISTA-CLASSISTA ALEXANDRA KOLLONTAI	52
4.1 Metodologia da parte empírica	52
4.2 CFCAK: Origem, história e atuação	578
4.3 Página do Instagram do CFCAK	61
4.4 O aborto no Instagram do CFCAK	623
4.4.1 Papo Classista	623
4.4.2 Tá sabendo, trabalhador/a?	666
4.4.3 Datas de luta relativas ao aborto	678
4.5 Discussão da análise	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	713
REFERÊNCIAS	745

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos feministas foram responsáveis pela conquista de inúmeros direitos básicos para as mulheres na sociedade, como o direito à educação, ao voto, à autonomia e à proteção em casos de violência doméstica (BONNET, 2016). Ao longo da história da humanidade, esses movimentos foram evoluindo e se adaptando aos novos modelos de gestão do sistema de produção capitalista, às novas tecnologias e às novas possibilidades de comunicação para agitação e propaganda de conteúdos políticos.

O feminismo, no entanto, não é um movimento de posicionamento político único, hegemônico ou isolado. Ele é dinâmico, constituído historicamente pela articulação de diferentes elementos materiais e políticos. De acordo com Kollontai (2021),

o movimento das mulheres foi, assim, o resultado de uma contradição exemplar no seio do capitalismo: a participação crescente das mulheres na produção não correspondeu à sua permanente discriminação na sociedade, no casamento e no Estado (KOLLONTAI, 2021, p. 167).

Em linhas gerais, podemos identificar duas vertentes principais que o constituem: o movimento feminista burguês e o movimento de mulheres trabalhadoras. O primeiro corresponde à luta por emancipação política das mulheres, como o direito ao voto, visando defender unicamente os interesses de sua própria classe - a burguesia. Já o segundo, que será nosso foco neste estudo, reivindica a emancipação humana a partir do materialismo histórico-dialético, ou seja, postula o fim da opressão pelo capital e da exploração da classe trabalhadora, compreendendo a opressão feminina como parte da opressão de um sistema dividido em classes sociais (MARCELINO, 2019).

Exemplo de um coletivo feminista-classista é o Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai (CFCAK), criado em 2018, em Porto Alegre, por mulheres militantes, moradoras da cidade, e tendo em comum sua presença nas lutas de suas respectivas categorias profissionais. O nome do coletivo foi escolhido em homenagem à Alexandra Kollontai devido ao seu papel histórico como líder revolucionária da Rússia durante a época da Revolução de 1917. O CFCAK promove espaços de formação política, tanto para público interno, quanto externo, além de participar de atos de rua, greves, colagens e distribuições de materiais gráficos com seu conteúdo

pela cidade de Porto Alegre. Em suas redes sociais, o coletivo se propõe a um debate sobre feminismo, capitalismo e política, trazendo temas pertinentes à classe trabalhadora, além de cobrir atos de protesto e greves em Porto Alegre. Uma das pautas levantadas é a questão do aborto, historicamente relevante para as mulheres trabalhadoras. O acesso a esse procedimento ainda é polêmico e proibido em muitos países e não diz respeito apenas ao direito da mulher de escolher sobre seu corpo e sobre a maternidade, mas sobretudo, a uma questão de saúde pública (SHEPARD, 2000 apud BARRERAS; WEBER, 2015). A organização escolheu este como um dos diversos temas que aborda em seu Instagram por compreender que o aborto ocorre na vida concreta independentemente de sua autorização pelo Estado e que a clandestinidade pune aquelas que não tem condições de pagar clínicas ou comércio ilícitos - as mulheres trabalhadoras, principalmente as pretas e da periferia (COLETIVO, 2019).

O desenvolvimento das forças produtivas materiais está sempre propiciando novas ferramentas para transformar a sociedade, e é nosso papel, portanto, ter conhecimento sobre elas e a melhor forma de usá-las para os interesses de classe (LESSA; TONET, 2004). Entre as formas de comunicação utilizadas na agitação e propaganda de posicionamentos políticos é pertinente mencionar aqui o movimento artístico conhecido como Construtivismo Russo, que pautou a comunicação na URSS e a disseminação do conteúdo de cunho socialista, principalmente via cartazes, com características visuais marcantes, como uso das cores vermelha, amarela e preta, fotomontagens e fontes que se destacam pelo seu grande peso (SANTOS, 2014). Na sociedade contemporânea, a propaganda política com a pauta do aborto, destacam-se as mídias digitais, tais como o Instagram. No Brasil, os movimentos a favor da pauta do aborto podem estar relacionados a instituições, como fórum em defesa do aborto (FÓRUM, 2021), ou ser impulsionado por movimentos não-institucionais, a exemplo da Frente pela Legalização do Aborto do Rio Grande do Sul - FREPLA-RS (FRENTE, 2020). No entanto, são compostas por posicionamentos políticos diversos. Para fins de recorte, seleciona-se como tema desta monografia a comunicação digital do CFCAK a respeito do aborto, devido ao seu posicionamento demarcadamente feminista de vertente classista e anticapitalista.

O CFCAK é um dos poucos coletivos feministas-classistas do Rio Grande do Sul e, a partir de uma pesquisa realizada pela autora nos portais da CAPES

(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), PORTCOM (Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação) e no LUME, Repositório Digital da UFRGS, observou-se que sua presença no digital nunca foi estudada. Esta monografia visa contribuir para a compreensão mais aprofundada sobre a atuação do movimento feminista de caráter classista nas redes. Como mulher, comunicadora e publicitária em formação, é relevante entender os aspectos comunicacionais que regem os movimentos sociais feministas do Brasil. Por ser um membro integrante do CFCAK, esta pesquisa também se coloca com uma importância pessoal para meu desenvolvimento profissional e engajamento em uma causa social, pois ajudará a compreender os pontos fracos e fortes da comunicação digital do CFCAK, bem como propor novas soluções e ideias para que alcance cada vez mais pessoas.

A relevância desta pesquisa se dá pelo fato de que a luta dos trabalhadores e trabalhadoras organizados em movimentos sociais, como o movimento feminista-classista, estão transformando a sociedade em que vivemos, combatendo a opressão e a exploração de seres humanos por outro ser humano. Além disso, poderemos também estudar brevemente os fenômenos comunicacionais que permeiam nosso cotidiano e os movimentos sociais.

O objeto do estudo é a abordagem em relação ao tema do aborto pela página do Instagram do CFCAK, sob uma perspectiva da comunicação visual e verbal. As questões que busco responder a partir desta pesquisa são: Quais são os elementos visuais e verbais que o Coletivo utiliza para falar sobre o aborto em seu Instagram? Qual o impacto que essa comunicação poderia gerar no público que acessa seu perfil nesta plataforma?

O objetivo geral desta pesquisa é apresentar como o Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai propaga o tema do direito ao aborto em sua rede social Instagram e inferir sobre as possíveis repercussões sociais dessa ação de comunicação digital.

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- a) Apresentar a posição do Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai sobre o tema do direito ao aborto;

- b) Identificar e analisar elementos do design na comunicação digital: cores, fontes e imagens, e como eles se relacionam com o tema aborto e feminismo classista;

Esta monografia fundamenta-se na perspectiva do materialismo-histórico-dialético a respeito da sociedade. Para introduzir este método, será utilizado o prefácio da obra “Contribuição à Crítica da Economia Política”, de Karl Marx de 1859 (MARX, 2008), obra que precedeu seu famoso livro “O Capital”. Para tratar do feminismo e da questão do aborto, será usada a mesma perspectiva materialista-histórico-dialética, a partir de autoras como Alexandra Kollontai (2007, 2021), Wendy Goldman (2015), Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (1981), Clarice Paradis e Sarah de Roure (2013). Quanto à questão de organização política, incluindo coletivos como o CFCAK, partiremos do “Manifesto do Partido Comunista”, de Marx e Engels (2008), com o auxílio da obra “Introdução à Filosofia de Marx”, de Sérgio Lessa e Ivo Tonet (2004).

Para compreender melhor o Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai, foi realizada uma entrevista remota com uma das fundadoras do CFACK, cujo nome permanecerá em sigilo em respeito a questões éticas e de segurança, foi utilizada a ferramenta de formulários do Google e também do aplicativo de mensagens WhatsApp, no dia 3 de setembro de 2022. Por fim, será realizada uma pesquisa empírica no perfil do Instagram do CFCAK, através da seleção de cinco postagens que dizem respeito ao aborto durante o período do ano de 2021, visando coletar indicadores que possibilitem compreender como o tema aborto é propagado nesta rede digital

2. FEMINISMOS: RAÍZES HISTÓRICAS E VERTENTES

No presente capítulo, iniciaremos abordando o que é o feminismo, como ele se originou e se desenvolveu, a partir da revisão sobre o sistema de produção capitalista e o materialismo-histórico-dialético. A seguir, faremos um recorte específico para o feminismo-classista. Por fim, será apresentada a história dos movimentos feministas no Brasil.

2.1 Antes do feminismo, o método materialismo-histórico-dialético

O século XVII foi marcado pelos primórdios do capitalismo com mudanças na base material da sociedade, como a expansão do comércio e mudanças na organização do trabalho, que geraram movimentos de contestação do sistema vigente (LESSA; TONET 2004). Por isso, para compreender um movimento tão complexo quanto o feminismo, primeiro precisamos estipular como base o contexto em que ele se estabelece: o sistema capitalista (CASTRO; SANTOS; SANTOS, 2018). Seguiremos adiante com uma análise materialista histórico-dialética da sociedade, própria de Marx.

O materialismo-histórico-dialético se contrapõe ao positivismo¹ e a melhor forma de o explicar é utilizando este para analisar a nossa sociedade. Não existe um “manual” sobre este método, pois isso o tornaria anti-dialético (KONDER, 2017). No prefácio da obra “Contribuição à crítica da economia política” (2008), Marx apresenta em linhas gerais o fio condutor que vem a ser toda a sua doutrina sobre a sociedade (LÊNIN, 2007). Esta concepção manteve-se por todos seus estudos desde então, mostrando-se sólida e eficiente na análise da realidade, de modo que nunca, em todo seu período de vida e estudos, precisou fazer autocrítica em relação à ela.

De acordo com Marx (2008), para sobreviver, a humanidade deve entrar em relações sociais determinadas e que não dependem de sua vontade. Em outras palavras, um indivíduo não escolhe a época nem a classe social a qual pertence ao nascer, esta é imposta sobre sua realidade. Nessas relações sociais determinadas, os indivíduos precisam se organizar para produzir tudo aquilo que é de necessidade vital: comer, beber, vestir, morar, etc... A forma, então, como a sociedade se organiza para garantir a produção desses itens básicos para a sua própria sobrevivência, são as relações sociais de produção, também denominada sistema de produção.

Entre os sistema de produção que já existiram na história da humanidade, como o comunismo primitivo, escravista, feudal, etc..., hoje vivemos em um modo de

¹ Segundo Konder (2017), o positivismo é uma escola filosófica que corresponde ao período do Iluminismo, momento de ascensão da ideologia burguesa, ainda muito presente na atualidade. É um modo de análise de fenômenos que limita-se ao pensamento dual de “causa-efeito”, não considera as múltiplas determinações que um fenômeno é permeado para apresentar-se como tal. Ainda, percebe a evolução da história da humanidade como uma reta constantemente crescente, ignorando os movimentos de avanço e retrocesso ao qual a humanidade está sujeita.

produção único, mundialmente disseminado e internacionalmente conectado, denominado “capitalismo” (MARX, 2008; LÊNIN, 2007). Porém, o que determina, em última instância, qual o sistema de produção em determinada época da humanidade? Seria o tema da transformação da sociedade uma questão de ideias, vontades e valores? O materialismo-histórico-dialético de Marx (2008) responde a essa pergunta da seguinte forma:

[...] Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações [sociais] de produção (MARX, 2008, p. 48).

O que são, então, as “forças produtivas sociais”? Marx (2008) descreve que, essas relações sociais de produção estão intrinsecamente articuladas com o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. Essencialmente, essas “forças produtivas materiais” correspondem à natureza, à tecnologia e à força de trabalho. O grau de desenvolvimento destas forças produtivas podem ser aferidas através das ciências exatas, verificando o quão desenvolvido é o modo de utilização da matéria-prima disponível nos recursos naturais para a produção de objetos que necessitamos para sobrevivência, o conhecimento técnico acumulado sobre a forma como essa matéria será transformada e a ação concreta (trabalho humano) que será aplicada pelo trabalhador para tal.

Por fim, esses três pilares - a produção e reprodução social da vida, as relações sociais de produção e o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais - correspondem à estrutura econômica de uma sociedade, ou seja, a base material da sociedade. São mudanças desses pilares-base, em última instância, o que é capaz de determinar mudanças no modo de produção como um todo (MARX, 2008).

Sobre esta estrutura-base da sociedade, eleva-se, nas palavras de Marx, “uma colossal superestrutura” (MARX, 2008, p. 48), que contém três elementos: o jurídico, o político e o ideológico. Esta superestrutura também é denominada “Estado”, instrumento de controle para “manutenção da ordem” em uma sociedade dividida em classes com interesses inconciliáveis (LÊNIN, 2007). Assim, o elemento jurídico

corresponde a um instrumento de controle através de códigos legislativos e normativos, concretizando-se através das instituições que detém o monopólio da força armada (polícia, exército, etc); o elemento político diz respeito ao tipo de regime que governa aquela sociedade, no caso do capitalismo, a mais desenvolvida forma de controle é a democracia; por fim, o elemento ideológico, que corresponde a forma em que os membros da sociedade tomam conhecimento do que acontece no mundo ao seu redor, sendo disseminada através da religião, família, escola, mídia, etc. Devido à divisão da sociedade em classes inconciliáveis, não é possível falarmos em “neutralidade” das instituições ideológicas, pois todo relato parte sempre de um ponto de vista de uma classe - seja ela a trabalhadora ou a burguesa². Marx completa com a afirmação “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 48); portanto, a hegemonia da superestrutura, incluindo as instituições ideológicas, é determinada pela hegemonia da estrutura econômica, correspondendo à hegemonia da classe burguesa na atualidade capitalista.

Vejamos como, então, Marx (2008) explica as mudanças de hegemonia da estrutura base da sociedade ocorrida através dos séculos. A partir de um momento de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais, que até então eram capazes de impulsionar o desenvolvimento da sociedade, entram em choque com as relações sociais de produção. Isso ocorre porque o grau de desenvolvimento de ambos não tem correspondência direta: em determinado ponto, seu antagonismo torna-se tão agudizado que, para continuidade do desenvolvimento das forças produtivas materiais, é necessária a mudança das relações sociais de produção. É neste campo de conflito entre ambas que encontramos também a luta de classes, na disputa entre a conservação e a transformação do modo de produção. Assim, abre-se uma época de revolução social, em que há a possibilidade de modificar a estrutura econômica da sociedade ao se modificar as relações sociais de produção e permitir o desenvolvimento das forças produtivas materiais. Vale destacar que esta mudança

² Nos conceitos dispostos no “Manifesto do Partido Comunista”, Marx e Engels (2008) caracterizam enquanto pertencente da classe trabalhadora, ou seja, trabalhador, todos aqueles que não dispõem de outro meio para adquirir os itens necessários sobrevivência que não a venda da sua força de trabalho, ou que dependa diretamente de alguém que assim o faça, como familiares, por exemplo. Já a classe burguesa, ou seja, os burgueses, são proprietários dos meios de produção dos itens socialmente utilizados e, por tanto, proprietários do produto do trabalho produzido nesses locais, como fábricas e fazendas, produzidos através do emprego assalariado da força de trabalho de outrem. Assim, o burguês vive da venda desse produto, não da venda da sua força de trabalho (MARX; ENGELS, 2008).

acarreta na transformação, mais ou menos lentamente, também da sua superestrutura.

Marx ressalta que o capitalismo é a última sociedade dividida entre classes que são antagônicas no que diz respeito às condições de existência sociais dos indivíduos, e que “as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo” (MARX, 2008, p.48).

2.2 As necessidades históricas das mulheres da classe trabalhadora: da relação capital-trabalho até o feminismo

O capitalismo surge, em linhas gerais, do declínio do feudalismo. Por isso, para compreendermos o sistema de produção em que vivemos hoje e o impacto nas mulheres da classe trabalhadora, temos que dar alguns passos para trás e entender o que o antecedeu. Assim, faremos uma breve introdução ao feudalismo e seu movimento de transição ao sistema capitalista.

O feudalismo (séculos V a XV) consistiu em um modo de produção fortemente marcado pela necessidade de autossuficiência. Isso porque, com a queda do Império Romano (476 d.C), desapareceu também a estrutura produtiva e comercial que ele sustentava. Isso gerou um grande retrocesso produtivo e cultural da sociedade. Por não ter sido constituído por uma classe revolucionária, a transição do escravismo para o feudalismo foi extremamente lenta e caótica (LESSA; TONET, 2004). Esse modo de produção apresentava duas classes principais: os senhores feudais e os servos. Os feudos, essas unidades autossuficientes de produção, eram grandes porções de terra, que pertenciam a esses senhores feudais. Os servos, que eram proprietários de suas próprias ferramentas, trabalhavam nessa terra e a ela eram presos; em contraponto, eles também detinham parte daquilo que produziam para usufruto próprio (LESSA; TONET, 2004). A unidade básica dos servos era a família, no qual era atribuído à mulher papel ativo dentro do modo de produção. Responsável pela coordenação da unidade produtiva e pelo trabalho manual para manutenção da unidade produtiva, através dos cuidados com a família e com a alimentação, a mulher da classe dos servos usufruiu do produto do seu trabalho tanto quanto os homens da mesma unidade produtiva. Portanto, não existia, nesta época, uma necessidade material de

luta pela igualdade entre os sexos que partisse da classe oprimida (KOLLONTAI, 2021).

Essa característica da classe oprimida de usufruir de parte daquilo que ela mesmo produzia é de suma importância para compreender a derrocada do feudalismo: como os servos obtinham parte da produção, era de interesse deles também aumentá-la. Desta forma, foram desenvolvendo novas ferramentas, técnicas e formas de organizar o trabalho coletivo, o que resultou, em última instância, no crescimento da produção e da população, conseqüentemente. Foi então que deu-se início às condições materiais para o fim do feudalismo (LESSA; TONET, 2004). Assim, os feudos passaram a ter mais servos do que precisavam e a produzir mais do que consumiam. Desta forma, os senhores feudais começaram a expulsar os servos que estavam “sobrando”, que, para sobreviverem, roubavam e trocavam os produtos furtados com outros servos. O comércio, então, voltou a florescer, trazendo de volta, em pouco mais de dois séculos, as rotas comerciais e as cidades (burgos). Neste momento, duas novas classes sociais surgiram: os artesãos e os comerciantes, também conhecidos como burgueses (LESSA; TONET, 2004).

O período entre os séculos XI e XVIII foi pautado pela expansão irrefreável da burguesia. Tratemos brevemente sobre os principais eventos deste longo período de desenvolvimento burguês. As expedições marítimas realizadas pelos europeus no século XV, conhecidas como Grandes Navegações, permitiram a expansão do comércio para o mundo todo, com a “descoberta” da África, da Ásia e da América. Houve, então, um expressivo desenvolvimento das forças produtivas materiais e do elemento revolucionário dentro da sociedade feudal em declínio, que alguns séculos depois, resultou na Revolução Industrial (1776 - 1830) e na Revolução Francesa (1789 - 1799). Revoluções marcantes na história da sociedade burguesa, pois foi neste período de crescente desenvolvimento do processo produtivo que a burguesia atingiu sua maturidade e consolidaram-se as duas classes fundamentais do sistema capitalista: a burguesia e o proletariado. Foi nesta época também que a transformação do artesão medieval em trabalhador assalariado foi solidificada, pois este passou a ter apenas a sua força de trabalho para vender enquanto uma mercadoria para sua sobrevivência (MARX, 2008; LESSA; TONET, 2004).

Esta transformação da sociedade feudal para a moderna sociedade burguesa, portanto, não aboliu as classes sociais - na verdade, simplificou essa divisão, com um antagonismo ainda maior entre elas (MARX; ENGELS, 2008). O surgimento e desenvolvimento do sistema capitalista, deu origem a uma nova forma de exploração do homem pelo homem (LESSA; TONET, 2004). O capitalismo transforma tudo em mercadoria, inclusive o trabalho e, por fim, as pessoas. Assim, para sobreviver, o trabalhador deve vender sua força de trabalho, sua única posse (MARX; ENGELS, 2008), e o único interesse da burguesia é adquirir essa força de trabalho com o objetivo de

(...) produzir um valor maior do que ela própria vale, [assim] o burguês que comprou a força de trabalho tem, ao final do mês, um valor maior do que aquele que paga ao trabalhador sob a forma de salário. Este valor maior é a mais-valia (LESSA; TONET, 2004, p. 38).

Este processo de transformação de tudo em mercadoria é denominado “reificação” ou “coisificação” e acentua a alienação do trabalhador, ou seja, o distanciamento entre ele e os meios de produção e o produto do seu próprio trabalho de forma nunca antes vista em nenhum outro modo de produção. Assim, intensifica-se cada vez mais a divisão social do trabalho. No entanto, a reificação não se restringe apenas à força de trabalho. Ela estende-se também à forma como as pessoas se relacionam entre si. O capital não é apenas um estruturador do comércio mundial, mas também um estruturador da vida cotidiana. Este modo de produção é marcado por grandes contradições da vida social e produtiva, pois, ao mesmo tempo que desenvolve as forças produtivas de forma nunca antes vista, aumenta proporcionalmente a exploração da classe que tudo produz. O capital depende do antagonismo entre riqueza e miséria, aumento das capacidades humanas e da desumanidade nas relações. A coletividade neste panorama transforma-se em uma mera ferramenta de enriquecimento pessoal (LESSA; TONET, 2004). O trabalho - que tem um caráter essencialmente humano por ser resultado de todo o acúmulo histórico da humanidade, de sua vivência, necessidades, instrumentos e conhecimentos - ao ser convertido em uma simples mercadoria e, ao ser reduzida toda a coletividade aos interesses individualistas, torna o capital algo extremamente desumano (LESSA; TONET, 2004).

Por fim, após conquistar um altíssimo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais, com a expansão da grande indústria e do mercado mundial, a

burguesia tomou conta completamente do Estado representativo moderno. Este Estado é um órgão de dominação de uma classe pela outra e a expressão do antagonismo inconciliável entre elas (ENGELS, 1984). É neste panorama de contradições entre duas classes, que se estabelece o que chamamos de luta de classes.

De acordo com Marx (2008), a luta do proletariado contra a burguesia começa no instante de seu nascimento. Em certo momento de seu desenvolvimento enquanto classe e diante do desenvolvimento da indústria, o proletariado se expande e se concentra massivamente, ganhando uma força e reconhecimento cada vez maiores. Na indústria, as condições de trabalho, interesses e salários são cada vez mais distantes do montante acumulado pela burguesia, de forma que seus conflitos com os burgueses ganham um crescente caráter de choque entre duas classes, e não apenas indivíduos de classes diferentes. Assim, os trabalhadores passam a formar associações e organizações próprias para defender suas pautas. Em alguns lugares, essa luta, de caráter fundamentalmente político, explode em revoltas. No entanto, afirma Marx, suas eventuais vitórias são efêmeras, são direitos e concessões que a qualquer momento podem ser revogados. De acordo com ele, a verdadeira vitória é a união dos trabalhadores em classe e, conseqüentemente, em partido político, uma ferramenta imprescindível para fazer a revolução que destruirá a sociedade dividida em classes. Isso porque, devido à sua formação e condição de sobrevivência, “De todas as classes que hoje se contrapõem à burguesia, só o proletariado constitui uma classe verdadeiramente revolucionária” (MARX; ENGELS, 2008, p.27). Ou seja, apenas os trabalhadores constituídos enquanto classe podem destruir a dominação da burguesia e o capitalismo.

Durante o século XIX, consolidaram-se então as bases do projeto socialista, cuja análise considera a condição da mulher trabalhadora como parte da exploração da sociedade de classes, agravada pelas diferenças do papel social das mulheres e dos homens dentro da classe trabalhadora (ALVES; PITANGUY, 1981). É neste panorama que surgem movimentos feministas que reivindicavam melhores condições de trabalho, direitos de cidadania, com destaque para o sufrágio universal. Vamos agora nos debruçar sobre esta questão, traçando uma linha do tempo do movimento feminista no mundo.

2.3 O feminismo: conceito, origens e organização dos movimentos

É difícil dar ao feminismo uma definição precisa. Para uma compreensão mais profunda desse movimento, o livro “O que é feminismo”, das autoras Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (1981), será usado como espinha dorsal deste capítulo, por apresentar um panorama geral da questão, aspectos que devem estar presentes também nesta monografia.

O termo feminismo³ engloba muitos aspectos, é constituído por um acúmulo de anos e anos de lutas e repressões, e segue sendo construído diariamente, é um movimento “vivo”. Além disso, articula-se com outras pautas identitárias⁴, como a comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Interssexo e Assexual e outras identidades de gênero e orientações sexuais), negros e outras minorias, pois “não são movimentos desvinculados entre si, pois as fontes da discriminação não são isoladas” (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 8). Aqui cabe destacar uma importante (e polêmica) questão colocada hoje às organizações políticas, um alerta em relação ao identitarismo, que guia também o desenvolvimento deste estudo, uma vez que

[...] uma política que adota a identidade como centro sem pautar um horizonte de transformação radical na estrutura social que produz as próprias identidades sociais, é correr sem sair do lugar, é um movimento que resulta em uma camisa de força, um ‘looping’ infinito. Disso resulta uma armadilha pois o conceito serve tanto para o que chamamos de “direita”, como para uma “esquerda” de caráter antirrevolucionário. Serve a direita por que recai no individualismo, marca do liberalismo e do neoliberalismo, se tornando um fator importante para divisão e atomização social. Ao invés de romper com uma estrutura busca apenas uma melhor condição em termos materiais e de participação (MORAIS, 2020, p. 84).

Voltemos ao feminismo. O aumento da participação “das massas” na política, a ascensão da burguesia e as revoluções de caráter liberal marcam o século XVIII.

³ É pertinente ao tema desta monografia observar as distinções acatadas entre “gênero”, “sexo” e “feminismo”. Mirla Cisne (2014) traz uma perspectiva marxista sobre estes termos, utilizando a nomenclatura “relações sociais de sexo” em detrimento de “gênero” (p.65), pois o primeiro traz um caráter referente à divisão social do trabalho, enquanto o segundo, afirma, diminui e oculta esta relação. O termo feminismo se refere à luta das mulheres por seus direitos, relacionados às suas classes, como será abordado durante este capítulo.

⁴ Segundo Haider (2019, não paginado) “O conceito de política identitária foi originalmente criado em 1977 pelo Coletivo Combahee River, um grupo de feministas socialistas lésbicas negras que reconheciam a necessidade de uma política autônoma própria, uma vez que se confrontavam com o racismo no movimento das mulheres, o sexismo no movimento de libertação negra, e o reducionismo de classe. Foi fundamental para sua política emancipatória trazer para o centro a forma como as opressões econômica, racial e de gênero se materializavam simultaneamente em suas vidas”.

Uma expressão deste caráter liberal foi a Declaração da Independência dos Estados Unidos, que tem como uma de suas bases a igualdade. Ela, porém, não menciona as mulheres. Diante disto, Abigail Adams apela a John Quincy Adams (líder da Guerra da Independência) e seu marido, que as mulheres sejam incluídas no novo Código de Leis. “Se não for dada especial atenção às mulheres, estamos resolvidas a nos rebelar e não nos consideraremos obrigadas a cumprir leis, diante das quais não temos nem voz, nem representação” (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 31). O desprezo com o qual seu apelo foi tratado revela bem o caráter machista do movimento liberal da época.

Na França, diante da falta de participação e voz política das mulheres, o movimento feminista francês tomou forma reivindicando pautas liberais, de igualdade entre os gêneros perante a lei, principalmente em relação ao casamento. Inúmeros materiais foram impressos e distribuídos pelo país sobre a situação da mulher no trabalho, a desigualdade diante da lei, a participação política e a prostituição. Esta última em específico apresentava uma relevância considerável, já que uma entre cinco mulheres solteiras era prostituta em Paris do século XVIII. Olympe de Gouges foi um nome de destaque no movimento feminista da época, conhecida por defender os ideais revolucionários burgueses. Publicou o texto “Os Direitos da Mulher e da Cidadã”, no qual reivindica que tanto o homem quanto a mulher têm direitos inalienáveis e naturais “a liberdade, a propriedade, a segurança e sobretudo a resistência à opressão” (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 34). Este discurso de igualdade política e civil permeia os movimentos feministas durante todo o século XIX, desencadeando na luta pelo sufrágio feminino. Olympe de Gouges foi condenada à guilhotina em 1793. A presença cada vez maior e mais forte das mulheres na esfera política, marcada por motins, manifestos, organizações políticas próprias, foi respondida com um decreto na Assembléia Nacional Constituinte da França em 1795, que visava frear esses movimentos, declarando repressão armada contra mulheres que estivessem na rua uma hora após sua publicação (ALVES; PITANGUY, 1981).

A Inglaterra também foi palco de um movimento feminista expressivo. A inglesa Mary Wollstonecraft é considerada uma das feministas mais relevantes da história do movimento. Ela defendia o ideal rousseauiano de “direitos naturais” dos indivíduos, mas criticava seu aspecto machista. Em 1792, Mary publicou o livro “Defesa dos Direitos da Mulher”, no qual afirmava que a diferença entre os homens e as mulheres vinha unicamente da sua educação e, portanto, a solução seria a

formação intelectual igual para ambos. Além disso, foi a primeira a reivindicar igualdade de direitos da mulher a partir dos deveres da maternidade (KOLLONTAI, 2021).

O século XIX foi um período de consolidação do sistema capitalista, com suas mudanças profundas tanto na estrutura econômica, quanto na superestrutura. O acelerado desenvolvimento tecnológico e introdução da maquinaria na produção levam a incorporação massiva das mulheres nas fábricas para executar tarefas que até então eram realizadas a domicílio. Assim, a mulher trabalhadora passou a compartilhar as mesmas condições degradantes do trabalho nas fábricas que os homens, como as longas jornadas, que duravam entre 14 a 18 horas. Mas a ela é imposta uma nova violência da exploração: a diferença salarial. Pelo mesmo trabalho, as mulheres recebiam quase metade do salário que os homens trabalhadores. Além disso, a elas eram atribuídas as tarefas menos qualificadas e mais subalternas da produção fabril. A justificativa ideológica desta exploração agudizada era de que as mulheres trabalhadoras tinham, ou deveriam ter, pessoas que as sustentassem (o homem), então não era necessário que elas recebessem o mesmo salário (ALVES; PITANGUY, 1981). Como resultado da inserção das mulheres nas fábricas e suas condições salariais, o nível do salário geral foi rebaixado. Isso fez com que os homens trabalhadores repudiassem as mulheres e as excluíssem dos sindicatos recém-formados (PARADIS; ROURE, 2013).

Também no século XIX, duas líderes operárias se destacaram na França: Jeanne Deroin e Flora Tristan. Elas reivindicavam que as proletárias deveriam estudar e se organizar para defender seus interesses. Em 1848, Jeanne escreve um “Curso de Direito Social para as Mulheres”, onde denuncia a condição de submissão da mulher trabalhadora perante o homem. Ela também elaborou um projeto de uma União das Associações de Trabalhadores - precursor das futuras Federações e Centrais Sindicais - com o objetivo de unir os proletários e as proletárias em função de sua condição de classe. Flora Tristan, sua contemporânea, publica um trabalho chamado “União Operária”, onde fala de seu plano de criar “centros de organização e educação moral, intelectual e técnica do operariado”. Em 1844, Flora fez parte da luta pela organização de uma Internacional do Trabalho (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 40).

O final do século XIX foi fortemente marcado pelo Sufragismo, um movimento feminista pelo direito das mulheres ao voto. Sua atuação foi especialmente expressiva na Inglaterra (VIANNA, 2017). A luta pelo sufrágio universal também era dividida em vertentes que se diferenciavam em suas estratégias políticas, sendo mais ou menos radicais. De acordo com Vianna (2017), o primeiro país a legalizar o sufrágio da mulher foi a Nova Zelândia, em 1894. No Reino Unido, palco das principais manifestações sufragistas, esse direito foi concedido às mulheres em 1913. Nas décadas de 1930 e 1940, considerava-se que as reivindicações das mulheres tinham sido *formalmente* atendidas: elas agora podiam participar do processo democrático, votando e sendo votadas, das instituições de ensino e do mercado de trabalho. Isto implicava no “reconhecimento de sua cidadania” (ALVES; PITANGUY, 1981, p 49).

Neste mesmo período, diante da Segunda Guerra Mundial, com a ascensão do nazi-facismo e a violenta repressão de movimentos sociais, houve refluxo também nos movimentos feministas. Diante do cenário de guerra, a presença das mulheres no mercado de trabalho é valorizada, já que boa parte dos homens trabalhadores estão servindo como soldados, principalmente nos casos dos EUA e da Inglaterra (ALVES; PITANGUY, 1981). Ao final da guerra, contudo, o retorno dos proletários traz de volta também a concepção de que as mulheres trabalhadoras deveriam deter-se aos serviços domésticos e que sua presença no mercado de trabalho é prejudicial aos homens trabalhadores.

De acordo com Alves e Pintaguy (1981), a publicação do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, é “uma voz isolada neste momento de transição” (ALVES; PINTANGUY, 1981, p. 50). Publicado em 1940, o livro analisa profundamente questões biológicas, psicológicas, materiais, históricas, educacionais e culturais que permeiam a vida da mulher trabalhadora no capitalismo. Esta análise foi um marco que auxiliaria a constituição dos fundamentos da reflexão feminista dos anos 60. A partir desta obra também, a feminista norte-americana Betty Friedan, realiza uma pesquisa que denomina *A Mística Feminina*, na qual apresentou diversos depoimentos de mulheres trabalhadoras da classe média dos EUA sobre suas condições de vida, presas ao trabalho doméstico (ALVES; PITANGUY, 1981). No mesmo trabalho, Friedan analisa a representação midiática da mulher na época, marcada por uma feminilidade excessiva e mistificada.

Com o avanço do desenvolvimento da teoria feminista, a década de 60 foi palco de publicações importantes, como o livro *Política Sexual*, de Kate Millet, uma feminista estadunidense, no qual analisa historicamente a relação de dominação da mulher pelo homem, em um sistema patriarcal que permeia a religião, leis e cultura de todas as civilizações (ALVES; PITANGUY, 1981). Nesta mesma época, na Inglaterra, a psicanalista e feminista Juliet Mitchell publica sua obra *A Condição da Mulher*, em que formula uma teoria para compreender, em nível geral e específico, a discriminação de sexo. De acordo com a autora, “a liberação [da mulher] deverá se dar nos quatro níveis que caracterizam a discriminação: as esferas da produção, da reprodução, da sexualidade e da educação” (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 54). No Brasil, a militante feminista Heleieth Saffioti publica, ainda na década de 60, um trabalho pioneiro para as Ciências Sociais em relação às mulheres no país. *A Mulher na Sociedade de Classes* faz um recorte classista do feminismo, apontando o sistema capitalista como origem da opressão da mulher na sociedade.

A partir dos anos 60, outras frentes de luta são incorporadas ao feminismo, que, além das desigualdades de direitos, denunciavam também as raízes culturais da disparidade entre os sexos (ALVES; PITANGUY, 1981). Neste momento, passa-se a compreender a política, as leis, a religião e demais âmbitos da vida em sociedade, sendo pautados por uma cultura predominantemente masculina e machista. Assim, reivindicam a igualdade entre os sexos em todos os níveis, afirmando que o que define as desigualdades são aspectos históricos e não naturais ou biológicos - e, desta forma, é possível transformá-los. Também foram marcantes nessa década a luta contra o colonialismo, racismo e pelos direitos das minorias e estudantes. De acordo com Alves e Pitanguy (1981, p. 58), esses movimentos “trazem o *individual* para o campo do político, tornando-o *coletivo*, demonstrando que o ser social não se esgota na experiência de sua classe” (grifos das autoras). O feminismo chega, assim, aos anos 70 com o caráter de movimento de massas, com força política expressiva e potencial de transformação social elevado (ALVES; PITANGUY, 1981). A quantidade de organizações reivindicando a pauta feminista cresce significativamente no Brasil e no mundo, desenvolvendo atividades diversas para mulheres trabalhadoras e organizando atos públicos. De forma geral, as principais frentes de luta do movimento feminista desta época são: sexualidade e violência; saúde; ideologia e formação profissional e mercado de trabalho (ALVES; PITANGUY, 1981).

Em 1975, nomeado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o Ano Internacional da Mulher, foi oficializado pela própria ONU o dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher, apesar da data já ser comemorada no mundo todo no início do século XX (G1, 2021). De acordo com a matéria publicada no portal do G1 (2021), a origem dessa data não tem apenas uma explicação histórica. No Brasil, essa procedência é comumente relacionada com o incêndio de uma fábrica em Nova Iorque, em 25 de março de 1911, resultando na morte de 125 trabalhadoras e 11 trabalhadores. Este evento escancarou as condições de trabalho desumanas que viviam as e os trabalhadores na época da Revolução Industrial. No entanto, há registros anteriores de reivindicações por uma data dedicada às pautas das mulheres. Ainda no início do século, em 1909, houve em Nova Iorque um grande protesto público das mulheres, que, de acordo com o G1 (2021), poderia ser marcado como o início da construção do Dia da Mulher. O ato reuniu 15 mil mulheres sob a reivindicação de melhores condições de trabalho. No ano seguinte, a comunista alemã Clara Zetkin propôs na Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas uma jornada anual de manifestações pelas pautas específicas das mulheres trabalhadoras (G1, 2021). Assim, com aprovação unânime de 100 mulheres, de 17 países diferentes, nasceu o primeiro dia da mulher, que deveria ser celebrado em 19 de março de 1911 (BBC, 2022). Em 1917, na Rússia, houve um protesto liderado por operárias contra a fome e a guerra, que viria a ser um marco para o início da Revolução Russa. O ato ocorreu no dia 23 de fevereiro pelo antigo calendário russo, equivalente ao dia 8 de março do calendário gregoriano, adotados pelos soviéticos no ano seguinte (G1, 2021). De acordo com a socióloga Eva Blay, em entrevista ao G1 (2021), "esse dia tem uma importância histórica porque levantou um problema que não foi resolvido até hoje. A desigualdade de gênero permanece até hoje. As condições de trabalho ainda são piores para as mulheres". Atualmente o Dia da Mulher é celebrado no mundo todo, marcado por protestos públicos para denunciar a opressão às mulheres.

De acordo com Vieira "na era digital, as possibilidades de intervenção feminista encontram uma ressonância ainda mais potente" (VIEIRA, 2012, p. 33). A revolução das tecnologias da informação e comunicação, também chamadas de TICs, nas últimas décadas, com o advento da internet e das redes sociais, transformaram a nossa sociedade de uma forma sem precedentes. Essa revolução comunicacional atravessa o dia a dia dos indivíduos e afeta diretamente a forma de pensar e agir,

estabelecendo uma nova ordem política, social, econômica e cultural (VIEIRA, 2012). Debateremos, no capítulo 3, mais profundamente como a comunicação serviu e serve aos movimentos sociais, inclusive o feminismo.

2.4 O Feminismo Classista e seu desenvolvimento

Até agora, o movimento feminista foi trazido como um apanhado geral em seu desenvolvimento histórico. Entretanto, deve-se aprofundar a análise deste movimento a partir da concepção das disputas de gênero como uma “relação sócio-histórica que remete às relações de poder de caráter transversal, atravessando os liames sociais, as práticas, instituições e subjetividades” (CISNE, 2012, p. 105). Deste modo, entende-se que a opressão feminina na sociedade capitalista está enraizada na relação de capital versus trabalho, a qual “se utiliza dessas diferenças [entre gêneros] como estratégia para sua própria manutenção, colocando em pauta a discussão sobre a divisão sexual do trabalho e sobre a feminização do mercado de trabalho” (CASTRO; SANTOS; SANTOS, 2018). Portanto, é necessária uma abordagem do movimento feminista a partir de um recorte de classe.

Na primeira edição da revista *Democracia Socialista*, as autoras Clarisse Goulart Paradis e Sarah de Roure (2013) discorrem sobre a origem do feminismo de caráter classista, como veremos a seguir. De acordo com elas, é necessário entender que o feminismo e o projeto socialista se desenvolveram no mesmo contexto histórico e que é impossível pensar no socialismo sem abordar a questão da igualdade entre os sexos (PARADIS; DE ROURE, 2013). Ambos os movimentos também têm um caráter de igualdade étnico-racial, porém não entraremos em detalhes neste momento a favor de manter o foco na questão da mulher. No texto, as autoras destacam que o Iluminismo (1685 - 1815) e a Revolução Francesa (1789 - 1799) foram os principais marcadores do crescimento do questionamento sobre a posição da mulher na sociedade e o início da auto-organização das mulheres, mas foi a partir da segunda metade do séc XIX que o movimento de mulheres exigindo direitos iguais ganhou força. Mais a frente, a Revolução Russa em outubro de 1917 mostraria questões centrais para a organização das mulheres no movimento socialista.

Este período de aceleração do movimento das mulheres, até a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), ficou conhecido amplamente como a primeira onda do

feminismo. Esta visão, contudo, se mostra limitada, pois implica uma hegemonia no movimento feminista, o que não era o caso. O feminismo é um movimento policlassista e tem várias vertentes, de modo que dentro destas “ondas” havia disputas sobre o que deveria ser pautado pelo movimento. De um lado, as mulheres trabalhadoras, incorporadas em massa às fábricas, que exigiam respostas do movimento operário em relação às contradições dos modelos de família e diferenças de gênero. “Na pauta, o direito ao trabalho, a violência nas fábricas, a proibição de participar das organizações dos trabalhadores, a perplexidade ante os impactos sobre a divisão sexual do trabalho e seus reflexos sobre as relações pessoais” (PARADIS; DE ROURE, 2013, p. 132). Por outro lado, as burguesas, influenciadas pelo liberalismo e com acesso à produção intelectual. Estas reivindicavam o direito ao voto, à educação e à participação política, além de restrições no matrimônio e na família a partir do âmbito jurídico. Conforme o seu desenvolvimento, também se agravou a diferença entre as duas vertentes principais, de modo que as mulheres burguesas, pautando principalmente o sufrágio universal, ficaram conhecidas como as sufragistas, apresentando um caráter radical para a época. Quanto às trabalhadoras, passaram a ocupar sindicatos, associações operárias e organizações socialistas no geral, mesmo encontrando resistência e oposição por parte dos homens. Entre os principais líderes socialistas reacionários em relação à questão das mulheres estão Lassale e Proudhon, enquanto entre os que defendiam a causa estavam Marx, Engels, Bebel e posteriormente Kollontai, Lênin e Trotski (PARADIS; DE ROURE, 2013).

Durante o período da II Internacional⁵ (1889-1916), formou-se um forte movimento de mulheres revolucionárias que visava organizar as proletárias e trazê-las para o debate socialista. Este movimento confrontava a então organização dos partidos e sindicatos, que, composta quase inteiramente por homens, se recusava a ver a mulher como parte do processo produtivo, restando sua integração nas organizações operárias. Esta recusa é consequência de um processo que começa na base material - a introdução massiva das mulheres nas fábricas - que muda, mais ou

⁵ A II Internacional nasceu em 1889 como sucessora da Primeira Internacional. Era uma associação livre de partidos socialdemocratas e trabalhistas, integrada tanto por elementos revolucionários quanto reformistas. Seu caráter progressista chegou ao fim em 1914, quando suas seções mais importantes violaram os princípios mais elementares do socialismo ao apoiar seus governos imperialistas na Primeira Guerra Mundial. Se desintegrou durante a guerra, porém ressurgiu como organização totalmente reformista em 1923 (LÊNIN, 1985).

menos lentamente, a superestrutura jurídica, política e ideológica, que constitui o processo de como os indivíduos enxergam o mundo (MARX, 2008).

O Partido Social Democrata Alemão, principal organização da II Internacional na época, foi pioneiro em colocar a questão das mulheres trabalhadoras no centro do debate, tendo a atuação da comunista Clara Zetkin como decisiva. Este movimento teve repercussão internacional e gerou muita tensão no movimento socialista como um todo. As autoras da revista afirmam que a proibição legislativa da participação política das mulheres estava abrindo uma brecha para a criação de suas próprias organizações socialistas (PARADIS; DE ROURE, 2013). No entanto, a partir da perspectiva materialista-histórico-dialética, podemos ver que estas organizações se originaram, não da ideia dessas mulheres socialistas, mas das necessidades que surgiram e se agravaram quando elas foram inseridas intensa e rapidamente no processo produtivo. As principais necessidades específicas das mulheres trabalhadoras eram a dupla e tripla jornada (e todos os desdobramentos que derivam disso), bem como a diferença salarial com relação aos homens. As socialistas alemãs criaram seu próprio jornal, *A Igualdade*, para organizar e mobilizar mulheres trabalhadoras do movimento na Alemanha e no mundo, visando pautar a questão das mulheres nos partidos e na Internacional (PARADIS; DE ROURE, 2013).

Este dilema em relação à participação política das mulheres também atingiu a Rússia, com diferenças entre os bolcheviques e os mencheviques⁶, tanto antes quanto depois da Revolução. A maioria dos socialistas era contra uma organização específica das mulheres, mesmo que dentro do partido. A parcela a favor “se fundamentava no grande número de mulheres presentes no proletariado e no argumento de que não seria possível fazer a revolução sem elas” (PARADIS; DE

⁶ Lênin descreve esses dois grupos políticos na Rússia da seguinte forma: “Mencheviques: partidários da corrente oportunista pequeno-burguesa na socialdemocracia russa. No II Congresso do POSDR, realizado em 1903, deu-se a cisão do partido em duas alas: a revolucionária, formada pelos partidários de Lênine, e a oportunista, dirigida por Márto. Na eleição dos órgãos centrais do partido, os socialdemocratas revolucionários obtiveram a maioria dos votos, enquanto os oportunistas ficaram em minoria. Daí a origem dessa designação *bolcheviques* (da palavra russa, *bokhinstvó*, maioria); *mencheviques* (da palavra russa, *menchinstvó*, minoria). Os mencheviques pronunciavam-se contra o programa revolucionário do partido, contra a hegemonia do proletariado na revolução, contra a aliança da classe operária e dos camponeses, a favor de um compromisso com a burguesia liberal. Depois da vitória da revolução democrática burguesa em fevereiro de 1917, os mencheviques fizeram parte do Governo Provisório burguês, apoiando a política imperialista e anti popular deste governo e atuando contra a revolução socialista que se preparava” (LÊNIN, 2005, p. 127).

ROURE, 2013, p. 139). A questão central e polêmica neste debate era se os problemas específicos das mulheres trabalhadoras, que mencionamos anteriormente, deveriam ser tratados como distintos dos problemas dos homens trabalhadores e se era preciso aguardar uma revolução socialista para tratar da diferença entre os gêneros ou se era possível atuar sobre eles mesmo no capitalismo sem fazer disso uma pauta que reformaria o sistema capitalista e acomodaria as mulheres trabalhadoras nesse sistema exploratório e desumano (PARADIS; DE ROURE, 2013).

É sobre essa polêmica que Annabelle Bonnet (2016) dedica-se a analisar alguns mitos e desafios existentes hoje que devem ser considerados para reposicionar o movimento feminista na luta classista. A autora afirma que os julgamentos referente à impossibilidade da teoria marxista contemplar as especificidades dos problemas de gênero não se sustentam, pois “uma crítica da economia política do capitalismo é a condição *sine qua non* de qualquer tipo de emancipação e superação da sociedade burguesa” (BONNET, 2016, p. 27). E solidifica sua afirmação com base em documentação histórica da principal central sindical da França - Confederação Geral do Trabalho (CGT) - ao apontar seus movimentos para incorporar grupos feministas ainda no século passado. A Confederação, em 1895, “lançou uma campanha de sindicalização das mulheres e criou comitês descentralizados, para discutir e organizar as trabalhadoras, notadamente com o apoio de várias feministas” (BONNET, 2016, p. 27), além da criação, em 1907, do jornal *La Voix des Femmes*, organizado por feministas marxistas ligadas à CGT e ao Partido Comunista Francês

[...] ele foi o único, antes de 1945, a falar abertamente sobre sexualidade, aborto e divórcio – temas que o feminismo dominante na época, o feminismo republicano, se recusou a abordar nesses termos (BONNET, 2016, p. 28).

além de estimular cursos de formação política específico para as trabalhadoras. E complementa que em 1948,

O Congresso da Federação de Metalurgia da CGT colocou no centro das suas preocupações a realização de cursos de formação para as mulheres, afirmando que “chegou a hora das mulheres metalúrgicas”, para acabar com a discriminação de sexo (BONNET, 2016, p. 28).

Fica evidente o quanto a organização da classe trabalhadora contempla a organização e formação política das mulheres trabalhadoras, não se constituindo como ferramentas opostas, mas complementares na luta contra a patronal. Porém, como afirmado anteriormente, não é possível separar o feminismo classista do projeto

socialista, portanto quando um avança, o outro é carregado e o inverso também é verdadeiro. Com o retrocesso das lutas gerais da classe trabalhadora em meados dos anos 1960, somada à desilusão com as experiências de governos da socialdemocracia e declínio e deformação da revolução proletária na União Soviética, observa-se também um descrédito ao feminismo classista. Esse cenário de crise da teoria marxista e do feminismo classista deu espaço a correntes pós-modernas que abandonam a análise das relações de produção para a exclusividade das relações de poder e dominação inspiradas em Foucault (FRASER, 2007).

Muito embora seja inegável que a “reconfiguração no pensamento crítico e o distanciamento de uma geração de ativistas e intelectuais em relação à tradição marxista” (MARCELINO, 2019, p. 52) fez com que a corrente classista e anticapitalista perdesse hegemonia junto ao movimento feminista, isso, de modo algum pode decretar “a morte do marxismo, como apostavam alguns; pelo contrário, abriu um novo estágio de seu desenvolvimento” (MARCELINO, 2019, p. 52) e o mesmo se pode atribuir a referida vertente feminista. Para Bonett (2016), alguns pontos são centrais para entender o que influencia os movimentos feministas a, de um modo geral, hoje se oporem à vinculação com o classismo, tais como a deturpação do marxismo como uma teoria totalitária, através de análise superficial sobre a mesma sem entender suas diversas correntes e desenvolvimento histórico; a produção acadêmica sobre estudos de gênero se adapta à lógica do mercado editorial, constituindo uma “virada liberal” de movimentos feministas acadêmicos; e a institucionalização do feminismo nas políticas estatais, alijando sua diversidade interna e questões de classe.

Além dos aspectos endógenos ao movimento feminista, Morais (2020) identificam elementos estruturais e conjunturais da sociedade que desafiam o feminismo classista na atualidade. Elas mostram que, embora a crise capitalista dos anos 2008/2009 tenham colocado em cheque políticas neoliberais, a resposta à crise não se deu pelo contraponto da classe trabalhadora, mas por medidas capitalistas que alastraram a visão conservadora sobre a moral e os costumes. Porém, observou-se também a retomada do movimento feminista fora da burocracia estatal e dos círculos catedráticos que marcaram a década de 1980, uma vez que as mulheres são um dos primeiros grupos a serem atingidos em momentos de crise (econômica e social) e retrocessos.

As mulheres ocuparam as ruas com pautas diversas: contra a violência dos homens e do Estado sobre seus corpos; contra o genocídio de seus filhos – majoritariamente negros – nas periferias; contra governos de extrema direita; por direitos sexuais e reprodutivos; em greve contra trabalho gratuito que executam diariamente; por creches e escolas para seus filhos e filhas; pela verdade, memória e justiça; dentre outros. [...] Tal ascenso é resultado de que as mulheres (trabalhadoras, mães, lésbicas, trans, bissexuais, negras, migrantes e periféricas) são as mais atingidas num atual cenário de retrocessos e de crise aguda. Crise, que não é somente econômica, mas avança para toda a práxis social, é sustentada na ofensiva do neo/ultraliberalismo, conservadorismo, fundamentalismo religioso, fascismo social, militarização, e também na perda de direitos e desmonte de políticas públicas em muitos países (MORAIS, 2020, p. 97-99).

Deste modo, abre-se uma oportunidade de retomar o viés classista no movimento feminista, tendo o anticapitalismo e emancipação da classe trabalhadora como uma necessidade histórica presente na vida cotidiana. Para isso, alguns desafios importantes precisam ser encarados de frente como a refutação a vertentes feministas que se limitam à disputa das possibilidades dentro do capitalismo limitadas à apenas algumas mulheres; a defesa da centralidade do trabalho e da classe trabalhadora como sujeito da transformação social; a incorporação teórico-prática da concepção de que sociedade de classes e opressões se retroalimentam e que apenas intervindo na raiz do problema (a própria sociedade dividida em classes) será possível acabar com os males que assolam a vida das mulheres trabalhadoras, com o fim das desigualdades salariais e de jornadas e da exploração do trabalho. Assim, será possível alvejar também problemas como feminicídio e demais violências de gênero.

2.5 Feminismos no Brasil

Os movimentos feministas no Brasil não tiveram o mesmo caráter e tempo que nos demais países que mencionamos aqui, pela característica específica do movimento de trabalhadores no Brasil que se deu tardiamente, devido ao fato de que o Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão (ALVES; PITANGUY, 1981). A luta pelo sufrágio universal, por exemplo, começou apenas em 1910 e não teve caráter de movimento de massas. Neste mesmo ano, a professora Deolinda Dalho fundou o Partido Feminino Republicano, de caráter liberal. Sete anos depois, ela promoveu uma passeata no Rio de Janeiro, com quase 100 mulheres, reivindicando o direito ao voto (TELES, 1993).

Após a conquista do sufrágio feminino - de essência burguesa, diga-se de passagem - houve no Brasil, assim como no mundo todo, um período de refluxo do

movimento de mulheres, devido à ascensão do nazi-fascismo na Europa e da Ditadura Militar em solo brasileiro (ALVES; PITANGUY, 1981). Mas isso não significa que as mulheres trabalhadoras não estavam em luta. Costureiras e tecelãs, principalmente em São Paulo, participaram ativamente de greves, denunciando a exploração, reivindicando menores jornadas e melhores condições de trabalho, defendendo os direitos de sua classe e os específicos das mulheres trabalhadoras, como a falta de regulamentação do trabalho feminino. A União Feminina do Brasil foi criada em 1934, como parte da Aliança Nacional Libertadora⁷, sob direção de militantes comunistas, visando derrubar o governo Vargas e implantar um governo popular (TELES, 1993). Esta foi logo colocada na clandestinidade, num movimento de repressão que deportou Olga Benária, um de seus membros, de volta para a Alemanha, onde ficou em um campo de concentração e foi executada em uma câmara de gás poucos anos depois.

Após o Golpe de Estado de Getúlio Vargas, em 1937, e durante a Segunda Guerra Mundial, as mulheres trabalhadoras participaram massivamente dos movimentos pela democracia no Brasil (TELES, 1993). Com o fim da guerra, em 1945, foram criadas diversas organizações das mulheres, como o Comitê de Mulheres pela Democracia e a Associação Feminina do Distrito Federal, que pautavam o despejo das favelas, o alto custo de vida, os direitos das crianças e das mulheres e a paz mundial. Em 1947, sob direção do Partido Comunista Brasileiro, foi criado também do "Momento Feminino", no Rio de Janeiro, de grande aceitação feminina, e a Federação das Mulheres do Brasil (FMB), que se propunha a impulsionar e debater as questões próprias das mulheres trabalhadoras (TELES, 1993). A seguir, de acordo com Teles (1993), os anos 50 foram marcados por manifestações dirigidas por mulheres contra a carestia da vida, ou seja, a miséria do capitalismo, e a Conferência Nacional das Trabalhadoras, que acabou sendo suspensa, assim como as demais organizações de mulheres trabalhadoras, por Juscelino Kubitschek (de 1956 a 1961). Mas isso não

⁷ Fundada em março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma organização política de abrangência nacional que movia cerrada oposição ao governo Vargas. Inspirada no modelo das frentes populares que surgiam na Europa para impedir o avanço do nazi-fascismo, a ANL defendia pautas como a anulação de todos os débitos das nações estrangeiras, a nacionalização das empresas estrangeiras, a garantia das liberdades públicas, a distribuição das terras dos latifúndios entre os camponeses e a proteção aos pequenos e médios proprietários. Possuía milhares de simpatizantes, adesão de sindicatos, associações profissionais e entidades culturais, se constituindo em um amplo movimento de massa, mas internamente continha como hegemonia comunistas e tenentes do exército. Foi o principal movimento a dirigir a Intentona Comunista de 1935, culminando na ditadura do Estado Novo (1937-1945), que pôs fim à ANL (PANDOLFI, [s.d.]).

impediu que elas continuassem lutando por seus direitos. A Liga Feminista do Estado da Guanabara foi criada em 1960 e promoveu cursos e palestras de costura e enfermagem, por exemplo, e liderou campanhas contra o alto custo de vida (TELES, 1993). Três anos depois, aconteceu o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, que pautou principalmente salários iguais para trabalhos iguais e aplicação das leis sociais e trabalhistas às mulheres também.

Com o Golpe Militar de 1964 e a consequente repressão, as organizações das mulheres trabalhadoras praticamente desapareceram (TELES, 1993). Nessa época,

algumas saíam à procura de parentes presos ou desaparecidos políticos, filhos, irmãos ou maridos, companheiros ou namorados. Outras tantas participaram das organizações clandestinas, dispostas a lutar ombro a ombro com os homens pela libertação do país. Mas o grande contingente saiu em busca do mercado de trabalho, que absorvia, de maneira expressiva, a mão-de-obra feminina (TELES, 1993, p. 57).

O número de mulheres no mercado de trabalho aumentou. Em 1950, elas correspondiam a 13,5% da força de trabalho do país, em 1970 esse número quase dobra (20,8%) e em 1985 chega a quase 37% (TELES, 1993). Diante da ditadura, algumas mulheres trabalhadoras participaram dos movimentos contrários ao regime, como manifestações e atos públicos, unidas ao resto da classe na luta pela anistia, que na época era considerada mais significativa (ALVES; PITANGUY, 1981). Ainda assim, a repressão violenta e ostensiva impedia os movimentos de serem tão expressivos quanto eram antes.

Foi apenas no fim da década de 70 que esse movimento voltou a tomar corpo, com a retomada e crescimento de grupos organizados pelas pautas feministas. Em 1975 criou-se o Movimento Feminino pela Anistia em São Paulo, “que liga sua origem a movimento semelhante de 1945, e que primeiro levantou esta bandeira após 1964” (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 71). Este ano é marcado por conquistas políticas e sociais, e que a Organização das Nações Unidas (ONU) oficializou o dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher, dando a 1975 o título de “Ano Internacional da Mulher” (G1, 2021). No Brasil, é promovida uma semana de debates sobre a condição das mulheres na sociedade, com apoio da ONU e da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) (ALVES; PITANGUY, 1981). A partir deste encontro, funda-se o *Centro da Mulher Brasileira* no Rio de Janeiro e São Paulo, um marco por se proporem a agir

enquanto organização específica feminista. A seguir, são criados dois jornais feministas, o *Brasil-Mulher*, em Londrina e São Paulo, e *Nós Mulheres*, em São Paulo.

Esse momento é de grande efervescência da luta de classes no país. Não apenas pela luta intensa contra a ditadura empresarial-militar, que amargurava a vida dos trabalhadores e de quem se colocava em movimento, mas principalmente pela

[...] explosão de greves e manifestações de trabalhadores urbanos e rurais, da indústria e dos serviços, sindicais e populares, que se fizeram presentes em todo o território nacional, e que tiveram como principal referência as greves operárias na região do ABC Paulista de 1978 a 1980 [...]. A combinação de crise econômica, esgotamento político do regime militar e anseio pelo retorno da democracia produziram o contexto das lutas sindicais e populares que se estenderam do final dos anos 1970 aos anos 1980 (OLIVEIRA; LADOSKY, 2018, p. 99).

Florestan Fernandes (2011) define este momento como o marco do amadurecimento da classe trabalhadora brasileira, uma vez que tem capacidade de produzir seu próprio projeto de classe de maneira autônoma ao projeto da classe que a domina. É esse mesmo professor que vai orientar a primeira obra teórica (e ainda uma das principais referências) sobre feminismo classista no Brasil, a pioneira obra de Heleieth Saffioti “A Mulher na Sociedade de Classes”, obra que foi

[...] peça-chave no casamento entre feminismo e marxismo no Brasil, fruto de um momento singular do movimento feminista e de renovação da teoria marxista no país, contribuindo para a análise sobre a condição feminina na realidade do capitalismo periférico, ausente nas referências advindas do centro (MARCELINO, 2019, p. 47).

No início da década de 80 surgem ainda mais organizações feministas, mostrando o crescimento e vitalidade do movimento. É criado em São Paulo o *Mulherio*, jornal escrito por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, que visava dar luz aos problemas que envolviam as mulheres brasileiras (ALVES; PITANGUY, 1981). Com o *Brasil-Mulher* e o *Nós Mulheres* suspensos, esse novo jornal vem para preencher a lacuna deixada. Esses grupos de mulheres se propõem a diversas atividades, como publicação de materiais sobre sexualidade, direitos da mulher, saúde, pesquisas, grupos de estudos, violência contra a mulher, arte, entre outros.

Com o advento e aumento exponencial da internet e redes sociais no nosso cotidiano, também é possível observar a ocupação desses espaços pelo movimento feminista. Através destas redes, dissemina-se o debate sobre assédio, violência contra a mulher e feminicídio, além de denunciar os padrões estéticos impostos às

mulheres. Esse debate une-se com o de outras pautas sociais também, como o racismo e a homofobia, por exemplo (RODRIGUES, 2022). As redes sociais também são uma ferramenta potencializadora dos movimentos feministas na esfera pública, sendo utilizados para organizar os eventos e manifestações (RODRIGUES, 2022).

Um exemplo da utilização das redes sociais como ferramenta para disseminar e fortalecer o movimento feminista de vertente classista é o perfil na rede social Instagram do Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai, permitindo que sua atuação atravessasse as barreiras físicas do local geográfico em que o Coletivo se encontra e alcance mulheres no país todo. Através desta plataforma, o CFCAK compartilha notícias, análises de conjuntura, cultura, conhecimento e debates que dizem respeito à classe trabalhadora, principalmente às mulheres trabalhadoras. O conteúdo da página é fortemente marcado pelo recorte classista e anticapitalista do feminismo, como veremos mais profundamente no decorrer desta monografia.

3. MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS E O ABORTO

Este capítulo será dedicado à questão dos movimentos de luta das mulheres da classe trabalhadora e sua relação com o aborto. Para introduzir o assunto, primeiro devemos falar sobre a história das mulheres trabalhadoras. Isto nos permitirá entender sua relação com o direito ao aborto, que será tratado no subcapítulo seguinte. Por fim, será estudado como a comunicação serviu e serve aos movimentos sociais, principalmente o feminismo, conforme o desenvolver dos próprios meios e das frentes de luta.

3.1 De onde partimos: a história das mulheres trabalhadoras

Retomemos aqui um pouco da história das mulheres trabalhadoras. Como foi mencionado no capítulo anterior, o século XIX foi um divisor de águas para a nossa sociedade, pois foi neste período, marcado pela Revolução Industrial, que o capitalismo atingiu sua maturidade como sistema de produção (LESSA; TONET, 2004). Isso acarretou uma mudança profunda na organização do trabalho, inserindo massivamente as mulheres nas fábricas, sujeitas às longas jornadas, condições de trabalho decadentes e a diferença salarial em relação aos homens trabalhadores (ALVES; PITANGUY, 1981). Assim, o lugar das mulheres na sociedade estava em disputa, mobilizando trabalhadoras e trabalhadores no mundo inteiro e também burguesas e burguesas, com pautas próprias de sua classe.

Em 1908, Alexandra Kollontai escreve sobre essa questão, diferenciando as duas vertentes do feminismo: para as feministas burguesas a questão feminina é matéria de direito e justiça, de autoconsciência e luta pelos interesses de sua própria classe, enquanto para as proletárias, é uma questão de sobrevivência (KOLLONTAI, 2007).

[...] Tal questão se apresentou, respondem as proletárias, quando milhões de mulheres foram lançadas no mercado de trabalho pelas mãos do todo-poderoso Moloch - o capital - [...] O que expulsou essas mulheres de casa foi o choro dos filhos famintos, a própria miséria, a pobreza (KOLLONTAI, 2007, p. 150).

Assim, no início do século XX, o número de trabalhadoras autônomas em países da Europa atingiu mais de 1 milhão cada e a América viu um aumento de 117% do trabalho feminino (KOLLONTAI, 2007). Na França, 90% da força de trabalho

empregada no sistema de manufatura, que dominava a produção na época, era composta de mulheres (KOLLONTAI, 2021). Contudo, o trabalho não veio acompanhado de nenhum tipo de liberdade para essas mulheres, muito pelo contrário: acrescentou à sua carga já pesada como mãe e dona de casa, uma terceira jornada: a das fábricas. Com a desvalorização da sua força de trabalho por ser mulher, elas ocuparam em grande maioria os piores cargos, em ambientes nocivos, com baixos salários e longas jornadas, assédios constantes dos patrões (KOLLONTAI, 2021). Assim, passam também a ter um crescente e indispensável papel político, exigindo fazer parte das organizações proletárias e reivindicando direitos necessários à sua condição de mulher e trabalhadora. Inclusive, Kollontai atribui a origem da “questão das mulheres” à contradição da presença massiva da mulher na produção e a escassez de direitos sociais e políticos e sua submissão ao seu marido (KOLLONTAI, 2021). Esse foi o principal combustível que acendeu o movimento de luta das mulheres trabalhadoras, que é até hoje uma das principais bases dos movimentos da luta de classes.

Em 1920, três anos após a Revolução de Outubro, Clara Zetkin, revolucionária alemã, publicou um texto em que relata uma conversa que teve com o líder revolucionário russo Vladimir Lênin, no outono daquele mesmo ano, em que fica evidente a relevância que ele atribuía à questão das mulheres

O camarada Lênin falou-me várias vezes sobre a questão feminina, à qual atribuía grande importância, uma vez que o movimento feminino era para ele parte integrante e, em certas ocasiões, parte decisiva do movimento de massas. É desnecessário dizer que ele considerava a plena igualdade social da mulher como um princípio indiscutível do comunismo.” (ZETKIN, 2008, n.p.)

Diante das condições de trabalho e salários que deixavam as proletárias e seus filhos na miséria e na fome, muitas acabaram recorrendo à venda de seus próprios corpos. Os índices de prostituição na Europa explodiram: em capitais como Londres, Paris e São Petesburgo, o número de prostitutas variava entre 30 mil a 250 mil, sendo uma parte significativa de adolescentes, por volta de 12 a 15 anos (KOLLONTAI, 2007). Sobre esse assunto, a revolucionária russa Nadejda Krupskaia, posteriormente comissária do povo para a educação na URSS, afirma “a pobreza impele as mulheres a se venderem. Elas não são prostitutas que fazem disso um negócio, mas mães de família” (GOLDMAN, 2015, p. 135). A miséria, a fome e a crise

econômica, influenciam diretamente na questão da prostituição e do aborto, como veremos adiante.

Essas foram as bases do que chamamos hoje de Feminismo Classista, uma vertente do movimento que coloca a questão da mulher como inerente à sua condição de classe. Portanto, afirma Kollontai (2021)

O problema da mulher só pode encontrar uma solução prática num sistema onde a mulher seja plenamente reconhecida como força de trabalho útil e necessária, não trabalhando apenas para melhorar o bem-estar de sua família, mas em benefício do conjunto da sociedade. A libertação definitiva e total da mulher só é possível no comunismo. (KOLLONTAI, 2021, p. 181)

Esse conhecimento histórico sobre a luta das mulheres trabalhadoras contribuirá para a compreensão do movimento feminista-classista atual e seu posicionamento em relação à pauta do aborto, o qual trataremos a seguir.

3.2 O direito ao aborto

Para entrarmos no tema sobre a questão do aborto e das mulheres trabalhadoras, vamos primeiro compreender em que consiste esse procedimento, que representa apenas uma parte da luta das mulheres por direitos sexuais e reprodutivos⁸. O aborto corresponde, do ponto de vista clínico e legal no Brasil, à interrupção de uma gravidez durante a vigésima ou vigésima segunda semana de gestação, com o feto pesando menos de 500g, conforme critérios do Ministério da Saúde (MS, 2011). Este processo pode ocorrer de forma espontânea, provocado pelo próprio corpo, ou induzido (SOUZA, 2014). De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o aborto é considerado inseguro quando é realizado por pessoas não capacitadas e/ou em ambientes inadequados ou insalubres (NAÇÕES, 2017).

Mas o aborto não é uma questão meramente científica ou médica: ele tem profundas raízes e complexos impactos sociais. Para compreender este processo na sociedade em que vivemos, é essencial analisar a sua história e o envolvimento das mulheres proletárias russas neste panorama. Em 1918, apenas um ano após os

⁸ Segundo o Ministério da Saúde do Brasil, “direitos reprodutivos” são um conjunto de condições que garantem acesso a informações, meios, métodos e técnicas para que as pessoas possam decidir por ter ou não ter filhos; enquanto “direitos sexuais” permitem exercer a sexualidade e a reprodução livre de discriminação, imposição, violência, podendo escolher quem é o(a) parceiro(a) com respeito pelo corpo e consentimento deste, vivendo plenamente a sexualidade sem medo, independentemente do estado civil ou orientação sexual (BRASIL, 2009).

bolcheviques tomarem o poder na Rússia, o Comitê Executivo Central do Soviete criou um Código completo do Casamento, da Família e da Tutela (GOLDMAN, 2015). Este documento, desenvolvido pelo mais alto órgão legislativo da União Soviética, propunha uma nova concepção e prática sobre as relações sociais, com atenção especial à igualdade das mulheres e o definhamento da família com seu caráter de instituição burguesa. Vale assinalar que este código foi criado visando transformar a sociedade de modo que a própria família se tornasse obsoleta.

Neste contexto, Alexandra Kollontai se destacou como uma das poucas dirigentes bolcheviques e por suas ostensivas obras sobre a questão da mulher trabalhadora. Sua visão sobre a questão da família, bem como a de outros membros do Partido e defensores dos direitos das mulheres, era otimista

O Estado já havia assumido as tarefas de criar e sustentar os filhos, Kollontai explicou, e uma vez que o trabalho doméstico fosse transferido para o domínio do trabalho assalariado, nada restaria da família a não ser um “laço psicológico” (GOLDMAN, 2015, p 18).

Este tema levantou debates acalorados, principalmente nos jovens, pois apesar de concordarem que a família estava fadada a definhar em um sistema socialista, havia opiniões diversas a respeito de como isso aconteceria, questionando a divisão sexual do trabalho, as relações sociais, questões morais e a família no processo de transição para o socialismo (GOLDMAN, 2015). No entanto, todas essas mudanças legislativas e grande parte dos debates limitaram-se à questão do casamento e da família, e falharam em abordar a questão da maternidade, própria da mulher.

Desta forma, em 1920 o aborto ainda era proibido por lei na URSS, a partir do Código Penal de 1885, que considerava o aborto um “ato premeditado” de assassinato. Isso não impedia que, assim como no restante do mundo, as mulheres realizassem abortos clandestinos numerosamente e em condições de grave perigo às suas vidas, ingerindo alvejante e outras misturas venenosas (GOLDMAN, 2015). Após a Revolução de Outubro, no período diferentes forças políticas disputavam como seria a reorganização da produção e da distribuição do produto do trabalho na cidade e no campo, a fome e a miséria acentuaram a busca por abortos ilegais na URSS. Em 1920, o Comissário da Saúde da União, Nikolai Semashko, alegou que o aborto era justificado “apenas em casos extremos e excepcionais” (GOLDMAN, 2015, p. 269),

mas “reconhecia que a criminalização era ineficaz para alterar as circunstâncias que levavam as mulheres ao aborto” (GOLDMAN, 2015, p. 269). Com o objetivo de diminuir os riscos à vida das mulheres, ele recomendou que o procedimento fosse realizado legalmente por médicos. Alguns meses depois, o aborto foi oficialmente legalizado e oferecido gratuitamente nos hospitais. Assim, a União Soviética tornou-se o primeiro país do mundo a oferecer aborto legal e gratuito a todas as mulheres.

Na URSS, a questão do aborto era entendida como uma necessidade devido às difíceis condições de vida no período. Este seria o motivo das mulheres buscarem o procedimento de aborto em primeiro lugar e, portanto, a expectativa era de que, uma vez que suas condições materiais melhorassem, a demanda por esse procedimento deixaria de existir. No entanto, naquele momento histórico, porquanto as condições materiais não melhorassem, houve grande demanda pelo procedimento de aborto, pois

a transição para o trabalho remunerado, a eliminação da família como unidade básica de produção, as residências superlotadas e a falta de bens de consumo necessários foram todos fatores que encorajaram as mulheres a reduzir o tamanho da família (GOLDMAN, 2015, p. 278).

Assim, o Departamento para a Proteção da Maternidade e da Infância (OMM) criou uma comissão de médicos e representantes do próprio departamento para elencar prioridades no acesso ao procedimento de aborto. O critério usado levava em consideração a posição de classe e a vulnerabilidade social, sendo que mulheres trabalhadoras e com problemas de saúde tinham prioridade. Por consequência, o maior número de casos de aborto se concentrava nas regiões urbanas, principalmente Moscou e Petrogrado, e decaía quando se levava em consideração as zonas rurais. A esmagadora maioria das mulheres vivia no campo, mas 85% dos abortos aconteciam nas cidades (GOLDMAN, 2015). Vale destacar que no campo ainda havia presença marcante das mulheres da classe camponesa, uma vez que o capitalismo na Rússia desenvolveu-se de forma desigual em seu extenso território (KRÚPSKAIA, 2017a).

Convém aqui um pequeno parêntese para distinguir, nesse contexto, a diferença entre o termo “camponesa” do que conhecemos hoje por “trabalhadoras do campo”, não se tratando apenas de uma questão geográfica. A trabalhadora do campo é aquela que vende sua força de trabalho no contexto rural, tal qual uma trabalhadora

da cidade, tem patrão, tem jornada de trabalho definida e não é proprietária da terra em que trabalha. A camponesa pertencia a uma classe social típica do feudalismo que, nos dias de hoje, seria mais comparável com uma burguesa proprietária de uma pequena porção de terra. Isso porque os camponeses, segundo Lênin (2022), são proprietários das terras em que trabalham, com a diferença de que os camponeses plantam, colhem, extraem e produzem em sua propriedade praticamente tudo que precisam para comer, beber, vestir e morar, ou seja, vivem do produto de seu próprio trabalho. Nas suas palavras,

O chamado camponês “trabalhador” é, na realidade, um pequeno proprietário ou um pequeno-burguês, que quase sempre aluga a outros seu trabalho ou contrata ele mesmo operários (...). Na sociedade capitalista, que depende integralmente do mercado, a produção pequena (camponesa) maciça na agricultura é impossível sem o emprego em massa do trabalho assalariado. A expressão açucarada, camponês “trabalhador” não faz senão enganar o operário, encobrendo esta exploração do trabalho assalariado (...). Os camponeses mais acomodados, que têm mais terra e maior número de trabalhadores “próprios” na família, contratam, além disto, um número maior de assalariados. (...) E os proprietários ainda menores? Eles próprios se deixam contratar! São operários assalariados com um pedaço de terra (LÊNIN, 2022, n.p.).

Essa diferença nos importa aqui pois explica a diferença material na opressão vivida pela mulher camponesa e pela mulher trabalhadora no contexto da URSS. No que diz respeito ao aborto, Goldmann (2015) faz duras críticas ao pressuposto do Estado Soviético de que o aborto era, essencialmente, uma questão econômica e social, pois, a partir do fato de que a ocorrência de interrupções da gestação intencional eram mais frequentes na cidade, a autora correlaciona não apenas a questão do acesso ao procedimento, que era maior para as mulheres urbanas, mas também ao seu menor “desejo” de abortar, desencadeando uma lógica liberal de defesa da pauta do aborto a partir do desejo individual de cada mulher. Ora, considerando as diferenças materiais entre as mulheres camponesas e as mulheres proletárias, um filho a mais para uma mulher campesina é sinônimo de mais uma força de trabalho disponível para manutenção da unidade familiar, já para a mulher trabalhadora, significa *uma boca a mais para alimentar*. Em 1920, poucos métodos contraceptivos eram considerados seguros para a saúde da mulher, e raramente eram acessíveis às mais pobres, questões que permanecem em debate ainda nos dias de hoje (KRÚPSKAIA, 2017b; WORLD, 2019). Portanto, diante do contexto de miséria causada pela guerra, a mulher trabalhadora prefere o aborto pois sabia que uma gestação indesejada condenaria mais uma vida à fome, ao frio e à vida das ruas

(KRÚPSKAIA, 2017b). Em outras palavras, trata-se precisamente de uma questão econômica e social.

Enquanto não for garantido a mulher parir, amamentar e educar o filho em circunstâncias bastante favoráveis, enquanto isso não fizer parte da realidade, enquanto o governo não realizar essa condição, será preciso proporcionar a ela a possibilidade de abrir mão da maternidade com o menor prejuízo possível para a sua saúde e para as forças da sua alma. (KRÚPSKAIA, 2017b, p. 98)

Mudar o contexto histórico para os dias atuais - considerando que indicadores recentes mostram que a taxa de natalidade reduz conforme o poder aquisitivo e grau de instrução das mulheres (BROWN, 2019) - argumentar que o desejo individual estaria acima da materialidade é um olhar superficial que não nos ajuda a compreender a realidade. Por mais que não se trate de uma questão de miséria, o "desejo" dessas mulheres ainda é pautado por uma questão social e econômica, motivada por elementos materiais. Afinal, mesmo as mulheres trabalhadoras mais instruídas e abastadas ainda são quase que exclusivamente responsabilizadas pelos cuidados com as crianças, inclusive com os custos financeiros (BROWN, 2019), e ainda convivem com a exploração do capital, com o agravamento da angústia e da miséria mundial (em uma perspectiva social, não individual), e até mesmo com a falta de perspectiva para as futuras gerações, devido às guerras, ao aquecimento global, às pandemias, etc. Voltando ao contexto da URSS, rebatendo a mesma perspectiva burguesa e liberal de "liberdade individual", Krúpskaia argumenta que somente em uma sociedade comunista seremos capazes de superar a necessidade dos métodos de controle da natalidade prejudiciais à saúde da mulher.

É claro que o controle de natalidade é um fenômeno apenas temporário. A melhoria das condições de vida gerais e, em particular, da proteção à maternidade e à infância e da educação pública das crianças eliminará a causa principal que, hoje, leva a mulher a violar seus instintos naturais, abrindo mão da maternidade, essa alegria, a maior de todas. Aqueles que realmente desejam que essas questões terríveis de infanticídios, abortos e contraceptivos saiam da agenda atual devem trabalhar incansavelmente pela construção de uma nova vida [social], em que a maternidade ocupe um lugar apropriado (KRÚPSKAIA, 2017b, p. 98).

Nas décadas que se seguiram, a questão do aborto seguiu sendo alvo de polêmicas, avanços e retrocessos inúmeros no mundo todo. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) e a ascensão do nazifascismo, o aborto foi condenado como crime contra a nação e sua proibição permaneceu na maior parte da Europa até a década de 1960 (REBOUÇAS; DUTRA, 2012). Quanto aos países escandinavos, a

forte presença da tradição luterana contribui para a legalização desse procedimento. No Japão, o aborto foi utilizado como ferramenta de controle de natalidade no Pós-Guerra, legislação vigente até os dias atuais (REBOUÇAS, DUTRA; 2012). Nas décadas de 60 e 70, com o fortalecimento dos movimentos feministas no mundo todo, o aborto voltou a ser um tema central na discussão da mulher na sociedade capitalista, levando à sua legalização em alguns países (SCHOR; ALVARENGA, 1994; MARQUES; BASTOS, 1998 apud REBOUÇAS; DUTRA, 2012).

Nos Estados Unidos, um caso que ficou conhecido como Roe contra Wade, na suprema corte americana em 1973 foi o que abriu a possibilidade de aborto seguro e legalizado no país. A texana Jane Roe, pseudônimo de Norma McCorvey, era mãe solo e encontrava-se grávida pela terceira vez. Diante da sua situação, ela contestou a constitucionalidade da lei do Texas que criminalizava o aborto (G1, 2022b). Alguns meses depois, a suprema corte americana assumiu o caso por um recurso de Jane Roe contra o promotor Henry Wade. Em uma decisão histórica, a alta corte derrubou a lei anti-aborto do Texas e garantiu o direito ao aborto em território nacional. De acordo com a resolução, “uma lei como a do Texas, que faz do aborto um crime, salvo quando a vida da mãe está em perigo, sem levar em conta o estado da gravidez, ou outros interesses em jogo, viola a 14^a Emenda da Constituição” (G1, 2022b). No entanto, no sistema capitalista, em que “tudo o que era sólido se desmancha no ar” (MARX; ENGELS, 2008, p. 15), também a legalização do aborto nos EUA se desmanchou recentemente. No mês de junho de 2022, a suprema corte americana derrubou a decisão "Roe contra Wade", devolvendo aos estados total autonomia para decidir a respeito da legalidade do aborto (G1, 2022a). A expectativa é de que a proibição desse procedimento seja restabelecida em metade dos estados americanos. A justificativa para essa ação é que “o aborto não é previsto especificamente em lei e que a decisão de 1973 teria sido baseada em uma interpretação da constituição” (G1, 2022a).

Na América Latina, por muitos anos, o aborto foi um procedimento realizado em segredo, diante de um rígido julgamento moral e legal, marcado pela questão da família e da religião (SHEPARD, 2000 apud BARRERAS; WEBER, 2015). Como forma de avançar na articulação e organização política e pensando nas particularidades da região, mulheres comprometidas com a transformação social se reuniram de maneira autônoma pela primeira vez no I Encontro Feminista Latino-

Americano e Caribe - EFLAC, em 1981, na Colômbia, tendo sua 15ª e última edição em 2020, em El Salvador (RESTREPO; BUSTAMANTE, 2009; 15EFLAC, 2020). A partir do V EFLAC, em novembro de 1990, na Argentina, foram criadas diversas redes feministas Latino-Americanas e Caribenhas, com pautas contra violência doméstica e sexual, saúde mental, políticas públicas, entre outras. Nesse mesmo encontro, foi adotado a data de 28 de setembro, como Dia da Luta pela Descriminalização e Legalização do Aborto na América Latina e Caribe, em reconhecimento à promulgação da Lei do Ventre Livre no Brasil, de 28 de setembro de 1871 (RESTREPO; BUSTAMANTE, 2009), lei que concedia liberdade aos filhos de escravizadas nascidos após a promulgação da lei ao completar 8 anos, com indenização do senhor de escravos, ou 21 anos, sem indenização (LAIDLER, 2011). Assim, a data seria um símbolo de liberdade dos ventres, da escravidão, da mulher para decidir e da legalização do aborto na região (CARBAJAL, 2022). No entanto, a escolha da data exprime contradições, uma vez que a lei do ventre livre não é um marco de avanço no fim da escravidão, mas um artifício para a sobrevivência do sistema escravocrata no Brasil, já em decadência e sofrendo pressões internacionais para se extinguir com o avanço do capitalismo e, conseqüentemente, do trabalho assalariado (EL YOUSSEF, 2015).

No Brasil, há registros de casos de aborto desde a colonização (REBOUÇAS; DUTRA, 2012) e diante do seu crescente número o procedimento passou a ser proibido por lei ainda em 1830, pelo Código Criminal do Império, que considerava o aborto um ato de infanticídio. Vale assinalar a forte relação que existia entre a coroa portuguesa e a Igreja Católica, que tinha influência em todas as questões do Estado (FREITAS, 2011). Quando se instaura a República Brasileira, o Código Penal de 1890 ainda criminalizava o aborto, mas criou atenuantes em casos de estupro, de risco de vida à gestante ou para ocultar sua desonra, já que frequentemente o aborto era vinculado à infidelidade matrimonial (REBOUÇAS; DUTRA, 2012). O aborto seguiu sendo uma prática realizada de forma clandestina no país, devido à legislação, até a década de 1970 (FREITAS, 2011), e o movimento feminista adotou esta pauta:

O feminismo no Brasil, nas décadas de 70 e 80, recebeu influências do feminismo internacional, o qual tem como base o princípio dos direitos individuais do liberalismo democrático. Esse movimento estabelece uma associação entre direitos humanos e direitos sociais, buscando diminuir as desigualdades sociais. Neste sentido, a luta pela descriminalização do aborto tornou-se uma marca do movimento feminista no Brasil ao considerar o

aborto como um direito individual e social (SCAVONE, 2008 apud REBOUÇAS; DUTRA, 2011, não paginado).

Em 1983, ocorre no Brasil a primeira iniciativa para legalizar o aborto, através de um projeto de lei apresentado à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, que foi rejeitado. Na década seguinte, o aborto foi tema de 23 proposições apresentadas ao Congresso Nacional, sendo metade delas a favor da legalização do procedimento (BARRERAS; WEBER, 2015). Em 2004, na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, recomendou-se ao Governo uma revisão da legislação que criminalizava o aborto e em 2007 José Gomes Temporão, então Ministro da Saúde, apontou que o aborto é uma questão de saúde pública, propondo um plebiscito e um debate amplo na sociedade a respeito (REBOUÇAS; DUTRA, 2012).

Atualmente, no Brasil, o aborto é permitido por lei em apenas três casos: quando há risco de vida para a gestante, quando há indícios de anencefalia do feto e, por último, quando a gestação é resultado de um estupro (BORGES; BATISTELA, 2022). No entanto, um caso próximo ao momento de desenvolvimento desta monografia, mostrou que, assim como nos Estados Unidos, a legislação não garante que as mulheres, especialmente as da classe trabalhadora, tenham seus direitos básicos respeitados. No mês de junho de 2022, uma menina de 11 anos da Grande Florianópolis, grávida vítima de um estupro, foi impedida de realizar o aborto previsto em lei. O procedimento negado no Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago, referência em Florianópolis, diante da alegação de que só faria o aborto se o procedimento fosse autorizado pela Justiça. Afirmando que o abortamento seria um caso de homicídio, a juíza Joana Ribeiro Zimmer encaminhou a vítima para um abrigo, de modo a prolongar a sobrevivência do feto e impedir que ela tivesse acesso ao procedimento (BORGES; BATISTELA, 2022).

No entanto, de acordo com Daniela Lemos Mezzomo, Ex- coordenadora do setor de Ginecologia e Obstetrícia do Hospital Santo Antônio, vinte e duas semanas e dois dias não faria nenhuma diferença quanto a viabilidade, também, e nem deveria ter sido enviado para um juiz. A lei já autoriza. O hospital credenciado deve obrigatoriamente disponibilizar um médico para realizar o procedimento. Interpretam a lei como querem (BORGES; BATISTELA, 2022).

O percurso que a mulher violentada precisa percorrer para ter o acesso ao aborto legal em países com legislação restritiva, as idas e vindas ao hospital, a perícias e a outras instituições jurídicas, é denunciado de forma lúdica pela animação

"Vicenta", longa metragem argentino de 2020 (VICENTA, 2020). O filme retrata o período em que a legislação argentina se assemelhava à brasileira para acesso ao aborto nos casos de gestação resultante de violência sexual, e chama atenção para a violência institucional ao qual as mulheres da classe trabalhadora estão sujeitas ao recorrer a esse serviço, mulheres as quais vivem em unidades familiares que possuem apenas a venda da força de trabalho como possibilidade de sustento.

Vimos neste capítulo a questão do direito e do acesso ao aborto, suas nuances, complexidades e consequências para a mulher da classe trabalhadora. Também pudemos identificar a influência decisiva que o feminismo teve sobre tal assunto. A seguir, vamos entender como a comunicação é utilizada para instrumentalizar e potencializar esses movimentos feministas e pela legalização do aborto.

3.3 A comunicação a serviço da causa feminista

A comunicação é inerente à vida humana, como bem mostra a história e os registros mais primitivos, ou seja, os desenhos nas cavernas. Outro exemplo vem da Grécia antiga, com os teatros - a partir dos quais se aproximou o povo da esfera pública, unindo espetáculo e política - até a era das comunicações analógicas e, finalmente, a comunicação digital, que vivemos atualmente (DI FELICE, 2008). Como veremos, a comunicação e a política sempre estiveram relacionadas, desenvolvendo-se juntas e determinando uma à outra. De acordo com Máximo Di Felice (2008), a humanidade passou por três revoluções comunicativas: a primeira surge no séc V a.C., com a escrita no Oriente Médio, que marca a passagem da cultura e da sociedade oral para a da escrita; a segunda revolução ocorreu na metade do séc XV, na Europa, com a invenção da prensa de Gutenberg, que permitiu a difusão da cultura do livro e da leitura; por fim, a terceira revolução tomou forma no Ocidente na época da Revolução Industrial, entre os séculos XIX e XX, e foi marcada pelo início da cultura de massas e difusão de mensagens veiculadas pelos meios de comunicação eletrônicos, como o rádio e a televisão (DI FELICE, 2008).

A cada uma dessas revoluções, surgem novos meios e a possibilidade de alcançar cada vez mais pessoas, em menos tempo, e investindo menos dinheiro. Como resultado, temos novas práticas comunicativas, sociais e de interação com o

mundo. Di Felice (2008) acrescenta que hoje estamos vivendo uma quarta revolução comunicacional, implementada pelas tecnologias digitais, que trazem transformações significativas no seio da sociedade em que vivemos. Isso porque, essas novas tecnologias permitem a emissão de mensagens e o alcance ilimitado ao público, em tempo real, transformando o próprio significado do ato de comunicar:

Pela primeira vez na história da humanidade, a comunicação se torna um processo de fluxo em que as velhas distinções entre emissor, meio e receptor se confundem e se trocam até estabelecer outras formas e outras dinâmicas de interação, impossíveis de serem representadas segundo os modelos dos paradigmas comunicativos tradicionais (Shannon-Weaver; Katz-Lazarsfeld, Eco-Fabbri etc.) (DI FELICE, 2008, p. 23).

Esses modelos tradicionais mencionados pelos autores dizem respeito à comunicação analógica, aquela em que há uma separação rígida entre o emissor e o receptor da mensagem, mantendo o público e seu processo de identidade afastados do processo de confecção e emissão da mensagem. Ou seja, o processo comunicacional é centralizado e unidirecional (DI FELICE, 2008). Este autor lista de forma estrutural as principais características da comunicação analógica no campo das disputas políticas:

[...] Utilização dos meios analógicos (rádio, televisão e jornais);
Impacto e lógica nacionais;
Demanda grande dispêndio de dinheiro;
Limitação da participação dos cidadãos ao voto;
Faz da luta pelo poder o espaço principal da confrontação política;
Reduz os cidadãos ao papel de espectador/público;
Personaliza as relações, centralizando a representatividade em um único candidato-líder. (DI FELICE, 2008, p. 25)

O advento da eletricidade e da mídia de massa (rádio e televisão, por exemplo) consolidam a opinião coletiva e os espaços informativos da vida coletiva, proporcionando o surgimento da esfera pública e dos espaços cognitivos de sociabilidade. De acordo com o autor,

[...] Em nível comunicativo, a passagem das tecnologias analógicas para aquelas digitais comporta a alteração do processo de repasse das informações, alterando a direção dos fluxos comunicativos e sobretudo, a posição e a identidade dos sujeitos interagentes (DI FELICE, 2008, p. 44).

Assim, a comunicação digital apresenta um processo em rede e interativo, dialógica e multidirecional, em que tudo é instantâneo. Há uma articulação horizontal entre arquiteturas informativas, conteúdos e pessoas, gerando diferentes sentidos e direções, de forma que a mensagem vai se modificando neste processo. De acordo

com Pierre Lévy (apud Di Felice, 2008), há também uma mutação física da comunicação, em que todo o espaço é um canal interativo. A relação entre o sujeito e a mensagem muda completamente, pois todos podem ser emissores e receptores, ter suas próprias interpretações e ressignificar a mensagem. Sobre as principais características da comunicação contemporânea digital, Di Felice (2008) elenca:

Utilização das redes digitais, internet, videocâmeras, máquinas fotográficas digitais, satélites, enfim, todos os meios que tornam disponíveis a todos, em tempo real, as informações e sua produção;
 Colocação na pauta das políticas locais da problemática global (ambiente, disparidades econômicas, participação nas decisões etc.);
 Desenvolve uma atuação política em nível global e local ao mesmo tempo;
 Não produz formas personalísticas nem confia sua sorte à personalidade e qualidade comunicativa de um político/líder;
 Encoraja o indivíduo não somente à participação, mas à informação;
 Não ter necessidade de vultosos recursos econômicos;
 Não luta pelo poder, mas pela solução colaborativa para uma problemática específica;
 Não é necessariamente ligada a uma ideologia ou uma determinada orientação política;
 Promove ações sem objetivo nem conteúdo iniciais e convida todos à participação, à construção e à sua escolha, com resultados não previstos.
 (DI FELICE, 2008, p. 50)

Assim, completa o autor:

Se o advento da mídia de massa eletrônica consolidou as democracias e os estados nacionais, criando uma esfera pública acessível a um grande número de população, a comunicação digital passa a definir um novo tipo de pacto transorgânico-territorial e de interações (DI FELICE, 2008, p. 53).

Diante do exposto, é possível concluir que os meios e as tecnologias de comunicação influenciam diretamente na esfera pública e política da nossa sociedade, sendo utilizados como ferramentas de transformação social. Um exemplo dos meios de comunicação a favor dos movimentos sociais é o sufragismo, movimento de reivindicação do direito das mulheres ao voto, mencionado nos capítulos anteriores. Este ganhou notoriedade devido a um grupo específico, as *suffragettes*, militantes britânicas que reivindicavam o sufrágio universal e se destacavam no movimento por seu estilo de militância (VIANNA, 2017). No fim do século XIX, a NUWSS (National Union of Women's Suffrage Societies ou, em português, União Nacional das Sociedades de Sufrágio Feminino), era a organização sufragista mais relevante, sendo liderada pela militante inglesa Millicent Fawcett. No entanto, em 1903, houve uma ruptura na NUWSS, e desta ruptura nasceu a WSPU (Women's Social and Political Union, em português, União Social e Política das Mulheres), criada por Emmeline Pankhurst e suas filhas. As *suffragettes* da WSPU eram conhecidas por ir

além da persuasão para conquistas no âmbito legislativo, estimulando conflitos na esfera pública e utilizando a mídia para mobilizar a opinião pública a seu favor. O caráter radical de sua organização como frente de luta pelo sufrágio era um elemento central na WSPU. As *suffragettes*,

tinham um periódico próprio, organizaram passeatas e discursos, as militantes usavam roupas padronizadas, as passeatas eram organizadas para serem fotografadas e divulgadas pelos jornais. As prisões, greves de fome e alimentação forçada também recebiam ampla cobertura da mídia (VIANNA, 2017, p.82).

No entanto, nem todos os seus atos eram bem recebidos pela opinião pública, pois, mesmo que tentasse esconder, a WSPU patrocinou ações violentas das *suffragettes*, principalmente entre os anos 1911 e 1914 (VIANNA, 2017). Essas ações incluíam bombardeios de casas de políticos opositores à questão do sufrágio e destruição de vitrines em protesto a decisões contra o voto das mulheres. Conhecedoras da importância dos meios de comunicação e usando-os sempre ao seu favor, elas também destruíam caixas de correio e cabos de telégrafo para interromper os grandes meios de comunicação da época (VIANNA, 2017).

Vale acrescentar que foi neste contexto que se instaurou as cores roxa, branca e verde na identidade visual do movimento feminista. Essa escolha é atribuída à sufragista inglesa Emmeline Pethick-Lawrance, que tinha o papel de tesoureira da WSPU, e afirmou: “o roxo significa o sangue real que corre nas veias de cada sufragista (...) branco significa pureza na vida privada e pública (...) verde é a cor da esperança e o emblema da Primavera” (RANGEL, 2022). Essas cores eram comuns nos guarda-roupas das mulheres da época, tornando fácil de todas usarem. Além disso, no início do século XIX, a Argentina foi tomada por um movimento crescente pela legalização do aborto no país, apesar de ser um tema controverso, e diversas líderes feministas procuravam formas de construir um movimento unificado, com algum consenso em relação à pauta. Marta Alanis, fundadora da filial do grupo “Católicas pelo Direito de Decidir” na Argentina, foi uma delas. Para atrair mais atenção ao ato e homenagear as “Mães da Praça de Maio”, Marta decidiu levar faixas e, com a ajuda da advogada e ativista Susana Chiarotti, decidiram usar a cor verde, por ser “símbolo da natureza, crescimento e vida” (VOGUE, 2022). Elas descartaram a cor branca, pois já havia sido usada anteriormente, e a cor roxa, por representar o movimento feminista. “O termo vida deve voltar para nós”, elas decidiram (VOGUE,

2022). Assim, distribuíram mais de três mil bandanas verdes no Encontro Nacional de Mulheres, na Argentina, em 2003. O movimento pela legalização do aborto na Argentina foi um combustível para a luta em outros países da América Latina e no mundo. Em 2020, esse procedimento finalmente foi contemplado pela lei argentina, e a disseminação da pauta no mundo ficou conhecida como “Maré Verde” (VOGUE, 2022). Estes casos exemplificam o poder da comunicação visual à serviço das causas sociais, principalmente feministas. Mas retornemos agora para o papel dos meios de comunicação contemporâneos nos movimentos sociais.

Estamos imersos em uma revolução comunicacional proporcionada pelas tecnologias da informação e comunicação, conhecidas como TICs. De acordo com Vieira (2012), as TICs “podem ser definidas como meios que utilizam, ao mesmo tempo, as telecomunicações e a tecnologia informática, tendo, na internet, a sua maior expressão” (VIEIRA, 2012, p. 57). No contexto em que se inserem, essas tecnologias são fundamentalmente pautadas pela lógica capitalista, potencializando a globalização, que, de acordo com a autora, configura a “produção com base na formação de grandes empresas em rede, com atividades planetárias” (VIEIRA, 2012, p. 57). Por outro lado, com as novas tecnologias digitais, a democratização da comunicação e a quebra do paradigma tradicional que separa o emissor do receptor (DI FELICE, 2008), os meios de comunicação também servem aos movimentos sociais. Esse movimento é chamado por alguns autores de *ciberativismo*, definido por Malini e Antoun (2013) apud Di Felice (2008) como “ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede interativa” (MALINI; AUTOUN, 2013 apud DI FELICE, 2008, p. 20). E é justamente essa interatividade e a imediatidade da comunicação digital que, para Castells (2013) apud Di Felice (2008), permite “um processo de ação coletiva enraizado na indignação, propellido pelo entusiasmo e motivado pela esperança” (CASTELLS, 2013 apud DI FELICE, 2008, p. 25).

Com o movimento feminista, de todas as vertentes, não é diferente: ele também está presente nas redes. De acordo com Ferreira (2015) apud Coelho (2016), uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2013 mostra que a porcentagem de mulheres internautas no Brasil passou de 49,2%, em 2012, para 50,1%, em 2013 (COELHO, 2016). Sobre esta questão, Vieira (2012) nos traz uma reflexão importante: a revolução tecnológica reflete e aprofunda também uma exclusão social e digital

daqueles que não têm acesso às tecnologias e não são “alfabetizados” para usá-las, devido às suas condições econômicas e de moradia, por exemplo. Ainda assim, resgatando Ferreira (2015) apud Coelho (2016), a popularização da internet permitiu a consolidação de redes de contatos que se constituíram como organizações políticas e grupos feministas (COELHO, 2016). Diante disso, as mulheres encontram na rede um espaço para compartilharem suas experiências, idéias, além de conscientizar outras pessoas sobre a questão da mulher e organizar atos públicos (DO CARMO; COUTO, 2017). Mayara Coelho (2016) cita como páginas feministas relevantes da época em que escreve “Blogueiras Feministas, Blogueiras Negras, Coletivo Think Olga, Empodere duas Mulheres, Moça, você é machista, Não Me Kahlo, entre outros” (COELHO, 2016, p. 220).

Agora, seguiremos a análise do exemplo de utilização dos meios de comunicação digital e em rede para disseminar e fortalecer o feminismo-classista, tema desta monografia, o Instagram do Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai.

4. REDE SOCIAL INSTAGRAM DO COLETIVO FEMINISTA-CLASSISTA ALEXANDRA KOLLONTAI

O presente capítulo é dedicado à pesquisa empírica do objeto de estudo. Iniciaremos estabelecendo a metodologia que será usada neste momento, para uma melhor compreensão da análise. A seguir, faremos uma apresentação sobre o Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai e, então, do seu perfil na rede social

Instagram. Por fim, trataremos do tema aborto neste perfil e uma discussão da análise será desenvolvida para concluir o capítulo.

4.1 Metodologia da parte empírica

Retomemos brevemente os objetivos desta monografia para compreender a metodologia da parte empírica que será utilizada a seguir. Apresentar como o Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai propaga o tema do direito ao aborto em sua rede social Instagram e inferir sobre as possíveis repercussões sociais dessa ação de comunicação digital. Os objetivos específicos consistem em apresentar a posição do coletivo sobre o tema do direito ao aborto e identificar e analisar elementos na comunicação digital, como cores, fontes e imagens e como eles se relacionam com o tema aborto e feminismo classista.

Para realizar a análise, será feito um levantamento de postagens em formato de card (ou seja, apenas imagens, sem vídeos) publicadas no feed, da rede social Instagram do CFCAK, com um recorte em relação ao tema aborto, durante o ano de 2021, que serão classificados de acordo com os seguintes indicadores: cor, fontes e imagens. Este recorte foi motivado por 2021 ser o ano em que membros do CFCAK passaram a integrar também a FREPLA, sendo considerado um ano em que o tema aborto ficou em maior evidência no Instagram do coletivo.

Antes de abordar os indicadores que servirão de base para a análise, vamos entender um pouco melhor o Instagram. Com mais de 1 bilhão de usuários ativos, essa rede social é uma das mais populares no mundo todo, sendo o Brasil o segundo país com maior número de usuários (VALINOR, 2022). Em linhas gerais, “o Instagram é uma rede social para dispositivos móveis que permite o compartilhamento instantâneo de imagens e vídeos” (MACEDO, 2016 apud OLIVEIRA, 2021, p.44). Suas principais características são o foco em conteúdos visuais, como fotos e vídeos, com estrutura que permite que o usuário role seu “feed” (onde aparecem as postagens de quem ele segue) de modo infinito, para visualizar os conteúdos e as ferramentas para gerar engajamento do público (VALINOR, 2022).

O Instagram foi criado em 2010, por dois amigos, um brasileiro, Mike Krieger, e um norte-americano, Kevin Systrom, com o objetivo principal de compartilhar fotos. Não tinha muitas funcionalidades em seu começo. Em 2022, a plataforma conta com

atualizações constantes, que permitem aos usuários compartilharem diversos tipos de conteúdos, como vídeos, stories, filtros animados, messenger, marcação de produtos com preço, boomerangs e anúncios pagos (VALINOR, 2022). De acordo com Valinor (2022), com a sua crescente presença no cotidiano de pessoas do mundo todo, o Instagram passou a ser usado também por marcas e empresas, para se conectar com seu público. O mesmo foi feito por ONGs, partidos e organizações políticas. O CFCAK é um exemplo de organização autônoma e independente de governos, partidos de legenda política e empresas, que utiliza o Instagram para se conectar com a classe trabalhadora e disseminar seus conteúdos.

A seguir, vamos definir, a partir dos autores Azevedo (1988), Santos (2014), Guimarães (2000, 2003), Rallo (2018), Ambrose e Harris (2009) e Terra (2017), os indicadores que serão considerados na análise das postagens sobre o tema aborto no Instagram do CFCAK: cores, fontes e imagens.

Como abordamos anteriormente, a principal funcionalidade do Instagram é o *feed*, ou seja, a página principal onde aparecem todas as publicações de seus seguidores, que consistem em imagens, seja vídeo ou foto. Nossa análise se limitará apenas aos posts de fotos e cards. Também abordaremos os textos inseridos no design do próprio *post*, através de plataformas de design gráfico.

Os elementos que abordaremos a seguir dizem respeito ao design, termo que foi e é constantemente ressignificado com o passar do tempo, acompanhando os movimentos da própria sociedade. De acordo com Wilton Azevedo (1988, p. 6), este termo “vem do inglês e quer dizer projetar, compor visualmente ou colocar em prática um plano intencional”. O design atravessa a vida cotidiana de diversas formas, desde um ingresso de cinema, até a direção de arte do filme ou a padronização visual dos lanches do fast-food que comemos. Ele está em todo lugar.

Devido ao conteúdo que iremos analisar, é relevante abordar a contribuição da URSS para o design como é hoje. A “Arte de Vanguarda” ou design de vanguarda, foi desenvolvido, como o nome sugere, pela Vanguarda Soviética, um movimento que se consolidou na URSS no início do século XX. Devido ao momento histórico que a União Soviética vivia, este movimento artístico teve como objetivo reformular a comunicação visual do Estado para alcançar massivamente a classe trabalhadora do

país e disseminar as ideias comunistas (AZEVEDO, 1988). Essa mudança não atingiu apenas os objetos utilitários, mas também marcava esteticamente a arquitetura, a escultura e a poesia.

Desde o primeiro momento depois da revolução, deu-se muita atenção às artes. Nos primeiros 12 meses, Lênin promulgou mais de 200 decretos em relação à arte e escolheu uma pessoa fundamental para ser comissário de arte, o Anatóli Lunatcháski (BURIL, 2017, n.p.).

A palavra de ordem deste movimento estético era “construir”, dando origem ao termo Construtivismo (AZEVEDO, 1988). As principais características desse movimento artístico eram a abstração e geometrismo e o uso experimental de novas formas, materiais, cores, texturas, etc (SANTOS, 2014). De acordo com Santos (2014, p. 47), é possível observar nos materiais produzidos pela Arte de Vanguarda, “elementos geométricos simples, experimentos tipográficos, utilização de cores primárias, fotomontagens e a utilização de palavras-chave, todos em associação com temas políticos (de cunho socialista).”

Em linhas gerais, baseado em Santos (2014) podemos descrever o Construtivismo a partir de seus principais elementos:

- Uso de tipos (ou fontes) diferentes, devido à dificuldade de acesso às matrizes tipográficas na época;
- Uma paleta de cores com predominância das cores preta (devido à facilidade de adquirir a tinta dessa cor), vermelha (devido à vinculação aos ideais socialistas e à URSS) e branca (devido ao seu alto contraste com o preto e por reduzir os custos das peças, já que frequentemente não era necessário usar uma tinta branca, apenas deixar o espaço designado sem tinta, deixando visível apenas o papel). Em alguns materiais, há também o uso do amarelo, também escolhida pelo seu alto contraste com as demais cores;
- Quanto às imagens, era muito comum o emprego de fotomontagens, ou seja, a junção de diferentes imagens, recortadas e rearranjadas juntas para criar outro significado;

Estes aspectos podem ser observados nos cartazes da Rússia soviética a seguir:

Figura 1 – Cartaz com foto montagem de campanha por cozinhas nas fábricas



Fonte: Acervo Digital, 2022⁹

9

Disponível em: https://archive.ru/artists/66417~Neizvestnyj_khudozhnik/works/539694~Fabrikakukhnja_daet_rabochemu_deshevoe_i_zdorovoe_pitanie_Sokhranjaet_ego_sily_i_trudovye_den'gi_Osvobozhda_et_rabotnitsu_ot_domashnej_kukhni. Acesso em: 14 ago 2022.

Figura 2 - Cartaz Construtivista de agitação “Vamos fazer isso”



Fonte: Acervo digital, 2022¹⁰

Abordaremos a seguir o indicador cor, utilizando o conceito de cor-informação de Luciano Guimarães (2003). De acordo com o autor, é considerada cor-informação o uso da cor para

organizar e hierarquizar informações ou lhes atribuir significado, seja sua atuação individual e autônoma ou integrada e dependente de outros elementos do texto visual em que foi aplicada (formas, figuras, texturas, textos, ou até mesmo sons e movimentos, como em produtos multimídia) (GUIMARÃES, 2003, p. 31).

Uma cor pode transmitir diversas informações, a depender do seu papel histórico na sociedade, do conhecimento do receptor da informação sobre ela e o contexto cultural em que ela está inserida, além do veículo ou suporte da comunicação (GUIMARÃES, 2000).

O próximo indicador do qual falaremos é o tipo. De acordo com Robin Williams (1995), o tipo, “é o material básico de qualquer página impressa”. Ele costuma ser

¹⁰ Disponível em: <<https://designices.com/cartazes-do-construtivismo-russo/>>. Acesso em: 15 ago 2022.

irresistivelmente apelativo e, às vezes, absolutamente imperativo para a diagramação de uma página que contenha mais de uma fonte” (WILLIAMS, 1995, p. 75). A partir das informações previamente expostas nesta monografia, é possível estender essa definição também aos materiais digitais, tão marcados pela tipografia quanto qualquer jornal ou revista. A tipografia, em linhas gerais, consiste na articulação dos tipos (também conhecido como fonte) para formar um texto (RALLO, 2018) - nesta análise, utilizaremos os termos “tipo” e “fonte” como sinônimos. A importância da tipografia se dá devido aos tipos serem a base da comunicação escrita, e por isso, “precisam ser muito bem trabalhados para serem adequados à mensagem que você deseja passar, o modo como você deseja passar essa mensagem, à sua disposição com os demais elementos gráficos e, claro, à sua boa legibilidade” (RALLO, 2018). Esses elementos tão importantes se relacionam entre si de três formas: de forma concordante, conflitante ou contrastante, dependendo de variações em relação ao seu estilo, tamanho e peso (WILLIAMS, 1995). Existe uma variedade de fontes que é impossível de mensurar, mas podemos classificá-las em seis categorias principais, propostas por Williams (1995): estilo antigo, moderno, serifa grossa, sem serifa, manuscrito e decorativo. Cada uma dessas categorias traz consigo elementos visuais distintos que provocam um tipo de reação no leitor, como por exemplo força, no caso do estilo moderno, ou a impressão de algo artesanal, no caso do estilo manuscrito (WILLIAMS, 1995). As fontes, assim como as cores, carregam consigo significados e influenciam no processo de leitura e compreensão da mensagem.

Por fim, falaremos sobre o indicador imagem. De acordo com Ambrose e Harris (2009), este é um elemento que faz parte do processo comunicativo de uma mensagem, dando vida ao design e podendo transmitir informações ou despertar sensações no leitor. Seu uso é pautado por elementos como mídia, público-alvo, objetivo e caráter da mensagem, e seu impacto pode ser positivo ou negativo, dependendo da habilidade do transmissor de usá-la adequadamente (AMBROSE; HARRIS, 2009). No Instagram, as imagens constituem a principal forma de conteúdo (fotos e vídeos), sendo em sua maioria imagens técnicas, ou seja, produzida por aparelhos (FLUSSER, 1985 apud TERRA, 2017). Isso porque, como já mencionado, essa rede social foi criada com o objetivo inicial de conter apenas fotos, “conjugando captura através da câmera do celular, aplicação de filtros e a possibilidade de publicação imediata da imagem, é inspirado nas Polaroides, câmeras fotográficas

populares nos anos 1990” (TERRA, 2017, p. 18). Em 2022, o Instagram já possui diversas ferramentas e formatos, como os *stories*, *reels*, carrossel de fotos, uso de *hashtags*, mensagens diretas, etc., em um fluxo de publicações cada vez mais acelerado.

4.2 CFCAK: Origem, história e atuação

As informações apresentadas neste subcapítulo foram coletadas através de uma entrevista remota com uma das fundadoras do CFCAK, cujo nome não será revelado por questões de segurança do coletivo e da militante, recorreremos ao Google Forms, uma plataforma de formulários online, e WhatsApp, rede social de troca de mensagens online, no dia 3 de setembro de 2022, para registro desta conversa. Segundo a entrevistada, o Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai, também conhecido como CFCAK, é uma organização política de cunho marxista ortodoxo, ou seja, utiliza-se do materialismo histórico e dialético para pautar suas análises e atuação. Foi criado em 2018 em Porto Alegre, por mulheres gaúchas que viram uma lacuna no movimento feminista na capital gaúcha e no mundo em relação ao feminismo classista. As integrantes são trabalhadoras de diversas áreas, como serviço social, saúde, artes e comunicação, mas seu número exato é sigiloso, por questões de segurança. O CFCAK também têm perfis na rede social Twitter, onde compartilha notícias e faz análises de conjuntura, e um podcast na plataforma de *streaming* Spotify, onde publica os áudios de suas lives do Papo Classista, do qual falaremos mais adiante. Esses materiais não foram selecionados para análise nesta monografia para preservar a objetividade e assertividade do seu recorte.

O nome do Coletivo é homenagem a uma grande revolucionária: Aleksandra Mikhálovna Kollontai, citada ao longo desta monografia. Ela foi uma importante comunista russa, nascida em Petersburgo, em 1872. De acordo com sua autobiografia, Kollontai nasceu em uma família de origem na velha nobreza russa, de forma que sua infância foi permeada por privilégios e pela ideologia vigente dos “bons costumes”. Ainda na infância, ela já apresentava descontentamento e revolta diante das contradições que via entre a sua vida e das demais crianças advindas da classe trabalhadora, que tinham de abrir mão de diversos aspectos de bem-estar de suas vidas, enquanto ela vivia confortavelmente. Alexandra era descrita como uma pessoa de *personalidade forte*, com um senso crítico apurado, o que a levou a buscar

independência em relação à família. Devido a essas suas características, seus pais a proibiram de frequentar a escola, já que na época o conhecimento era considerado uma propriedade exclusivamente masculina. Por ironia, no entanto, Madame Marie Strakhova, sua tutora que a educava em casa, fazia parte dos círculos revolucionários da Rússia e a educou conforme a perspectiva revolucionária (KOLLONTAI, 2007).

Assim começou a vida de uma das mais notáveis revolucionárias russas. Seu primeiro rompimento com essa instituição burguesa foi a recusa em casar-se por conveniência material (KOLLONTAI, 2007). Em 1899, aos 27 anos, Kollontai juntou-se ao Partido Operário Social-Democrata Russo, seguiu estudando com afinco o materialismo-histórico-dialético e testemunhou o Domingo Sangrento, episódio em que grevistas do setor têxtil foram brutalmente assassinados pelas forças armadas enviadas pelo Czar, enquanto protestavam por melhores condições de vida e de trabalho. Nesta época, Alexandra já fazia parte da liderança no movimento de mulheres trabalhadoras e era reconhecida pela sua eloquência e conhecimento sobre as condições da mulher no capitalismo. Seus estudos foram reconhecidos e, em 1908, ela fez parte do I Congresso das Mulheres de Toda a Rússia, que buscava organizar as trabalhadoras do país. Kollontai acreditava que “só existia um caminho para a emancipação das mulheres e que esse caminho passava pela unidade de forças de todos os explorados e oprimidos, homens e mulheres, na superação do capitalismo” (KOLLONTAI, 2021, p.10). Neste mesmo ano, ela foi exilada devido à perseguição aos comunistas na Rússia e só voltaria ao seu país de origem em 1917, quando foi indicada para o Comitê Central do Partido Bolchevique, tornando-se a primeira mulher a ser eleita para os Comitês Executivos do Soviete de Petrogrado e de toda a Rússia. Foi ali que, ao lado de Lênin, ela ajudou a construir a primeira revolução socialista vitoriosa da história. Após a Revolução de Outubro de 1917, Kollontai foi nomeada Comissária do Povo para Assuntos do Bem-Estar Social. Durante toda sua vida, ela lutou contra a sociedade machista e opressora, tendo em seu horizonte a emancipação humana pela destruição do sistema capitalista (KOLLONTAI, 2021). Foi pela sua presença sólida e decisiva na constituição do movimento comunista revolucionário e na luta pela emancipação das mulheres trabalhadoras que Alexandra Kollontai foi o nome escolhido para o Coletivo.

O grupo promove espaços de formação política tanto para público interno da própria organização, quanto abertos para o público externo, como o Espaço Marx e o

Como Funciona a Sociedade¹¹, onde são estudados os principais pilares da doutrina marxista. Estes espaços abertos não são exclusivos para mulheres. A organização interna do CFCAK se dá por meio de comissões deliberadas pelas próprias integrantes. Também existe um Regimento Interno, que busca sintetizar o funcionamento e regulamento com princípios básicos da organização.

Mas o Coletivo não se limita aos espaços de formação: participa ativamente de greves, piquetes, protestos nas ruas e ações de intervenção urbana, como a colagem e distribuição pela cidade de materiais com o conteúdo feminista-classista, como a diferença salarial entre gêneros, a tripla jornada da mulher, machismo e exploração, mantendo sempre em perspectiva que todas as opressões, tanto das mulheres, como da classe trabalhadora como um todo, só acabarão com a destruição do sistema capitalista. Desde fevereiro de 2021, o CFCAK é uma das organizações políticas que compõe a Frente Regional Pela Legalização do Aborto no Rio Grande do Sul - FREPLA-RS, onde contribui para uma perspectiva classista nos debates sobre o aborto no estado e no país, além de participar da organização de atos políticos e intervenções urbanas em conjunto com a frente.

4.3 Página do Instagram do CFCAK

A página do Instagram do CFCAK foi criada em setembro de 2018, sendo a primeira postagem do dia 3 deste mês. O objetivo da introdução do Coletivo nesta

¹¹ Esses cursos são promovidos pelo CFCAK com base na relação estabelecida com o Núcleo de Educação Popular 13 de maio (NEP 13 de maio), uma vez que uma das militantes do coletivo compõe o quadro de monitores do 13 de maio. O NEP 13 de maio foi fundado em 13 de maio de 1982, prestando assessoria aos movimentos sociais e formação político-sindical de seus militantes. Apesar da equipe heterogênea com pessoas oriundas dos movimentos sociais organizados pela Igreja católica, com forte influência da Teologia da Libertação e da contribuição teórico-política de Paulo Freire sobre a educação popular, e militantes do movimento operário, do teatro popular e de algumas organizações de matriz comunista, o NEP 13 de maio buscou sua unidade no referencial teórico-político do materialismo histórico dialético. Em meados de 1984, as primeiras ações de formação foram três *cursões*, assim denominados: Noções Básicas de Economia Política, História das Revoluções e História do Movimento Operário no Brasil, realizados até hoje como *Cursões de Verão*. Entre 1987 e 1988, houve um aumento na demanda por cursos ministrados por educadores do NEP 13 de Maio, o que levou ao desenvolvimento da formação política mais elaborada. A partir de questões como explicar a mais-valia para trabalhadores, nasceu o curso Questões de Sindicalismo, sendo posteriormente transformado no curso Como Funciona a Sociedade - módulos 1 e 2. No início dos anos 90, com a crescente demanda por atividades de formação no país, a Equipe do NEP 13 de Maio, então desenvolveu o Programa de Formação de Monitores do 13 de Maio. Esse curso, que hoje tem a duração de dois anos, é o propulsor das atividades de formação política da Entidade e foi de sua criação que a ideia de desenvolver roteiros, cursos e programas se cristalizou (SILVA; TUMOLO, 2010).

rede social foi a maior propagação do conteúdo feminista-classista e visibilidade da própria organização.

No dia 29 de junho de 2022, o perfil do CFCAK no Instagram tinha um total de 491 publicações, 1.590 seguidores e estava seguindo 900 perfis. Conta também com 19 postagens nos “destaques”, que ficam fixadas no início da página. Essas informações podem ser observadas na figura a seguir:

Figura 3 - Perfil do Instagram do Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai



Fonte: Página do Instagram do CFCAK, 2022.

Quanto ao conteúdo publicado pela organização, podemos separá-los nas seguintes categorias:

1. Feed:

- Campanha do mês: Define-se um tema que pautará postagens semanais no perfil, como por exemplo assédio moral no trabalho, a presença da mulher no esporte, juventude trabalhadora, artistas considerados relevantes para a causa, entre outros. Geralmente publicado nas quartas-feiras.

- Campanha “Tá sabendo, trabalhador?”: Publicações informativas e agitativas sobre as principais notícias da última semana, que sejam relevantes para a classe trabalhadora. São feitas semanalmente, geralmente nas segundas-feiras.
- Cobertura de atos políticos e greves em Porto Alegre e região, através de fotos, vídeos e lives.
- Papo Classista: Lives em formato de bate-papo que abordavam as principais questões sobre a conjuntura e assuntos relacionados à luta de classes. Essas lives contam com convidadas de diversas áreas, dependendo do tema e foram promovidas principalmente durante o período da pandemia do COVID-19. Devido a este contexto, os assuntos eram pautados pelo enfrentamento à pandemia por trabalhadoras da saúde, do serviço social, residentes, além de tratar de assuntos como a maternidade e o racismo nesse panorama, por exemplo.
- Datas comemorativas: posts realizados em comemoração a datas significativas para a classe trabalhadora, com o aniversários de líderes revolucionários, revolução e acontecimentos históricos.
- Conteúdos artísticos, como poemas, músicas e filmes.

2. Stories:

- Compartilhamento das publicações que foram realizadas no feed, para gerar engajamento.
- Compartilhamento de publicações de outros perfis, que são de relevância para a classe trabalhadora.
- Sequências com interação para conectar com o público sobre assuntos específicos, como dia das mães, dia dos pais, notícias nacionais e internacionais e curiosidades com temas de gênero e classe.

4.4 O aborto no Instagram do CFCAK

São analisados 5 posts do feed do CFCAK, publicados durante o ano de 2021, relacionados à pauta do aborto, de acordo com os indicadores cores, fontes e imagens. É relevante mencionar que foram registrados outros posts sobre esta pauta durante o período de recorte, porém, eram em formato de vídeo e, por uma questão de recorte, não foram incluídos na pesquisa.

Para facilitar a análise, dividiremos as postagens em três categorias, de acordo com com os temas que possuem em comum:

- Papo classista
- Tá sabendo, trabalhador/a?
- Datas de luta relativas ao aborto

4.4.1 Papo Classista

Como mencionado anteriormente, o Papo Classista consiste em Lives promovidas pelo CFCAK em seu perfil do Instagram, propondo um debate sobre as principais questões em relação à conjuntura e assuntos relacionados à luta de classes. As postagens do Papo Classista que contemplam o tema aborto são:

Figura 4 - Postagem relativa ao quadro *Papo Classista* (1)



Fonte: Página do Instagram do CFCAK¹², 2021

O card divulga uma edição do Papo Classista. Os principais textos são o logo do evento (canto esquerdo superior), o tema da live e as informações de data e horário em que ocorreria. Há também os nomes e descrições de cada participante e o logo do coletivo no canto inferior direito. A hierarquia visual dos textos se dá devido ao uso de fontes, pesos, cores e tamanhos diferentes. As cores principais do card são o cinza, o amarelo e o vermelho, por ordem de predominância. Foram utilizadas três imagens, uma foto de cada participante.

É possível identificar o uso de três fontes diferentes, como indicado na imagem acima. Todas as fontes usadas são do estilo Sem Serifa. A fonte 1 chama atenção pelo seu maior peso, ou seja, seus traços são mais grossos do que as demais fontes usadas, dando ao logo um aspecto de solidez e força. Quanto à fonte 2, foi usada em diferentes pesos, sendo sua versão em negrito utilizada para destacar as palavras mais importantes (como “aborto”) e hierarquizar as informações sobre as participantes. A fonte 3, por sua vez, é uma fonte sem serifa diferente da 2: há nela uma estilização que se assemelha ao estilo manuscrito, dando a impressão de algo “artesanal”, mais humanizado, como se realmente tivesse sido escrita à mão. A

¹² Disponível em: <lihttps://www.instagram.com/p/CMNlcRohSe1/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 20 de ago 2022

relação das fontes entre si são contrastantes, e a relação de cada fonte com sua versão de peso e tamanho diferentes é concordante.

Passemos para a análise do uso das cores no card. Todas as cores utilizadas remetem ao Construtivismo russo, mantendo uma coerência visual com o conteúdo socialista. A cor cinza, usada como fundo, remete ao preto que sempre predominava nos materiais soviéticos. Ele atribui ao material, no campo subjetivo, um tom de seriedade. A cor amarela destaca algumas das principais informações do card, contribuindo na hierarquização delas. A cor vermelha, por último, remete às obras construtivistas por estar associada às ideias comunistas e do partido, além de ser a cor oficial da identidade visual soviética (SANTOS, 2014).

Quanto às imagens das participantes, “recortadas” digitalmente, também remetem visualmente às fotomontagens do movimento construtivista, atribuindo ao card um aspecto dinâmico e moderno, sem deixar de fazer menção estética ao movimento socialista.

Figura 5 - Postagem relativa ao quadro *Papo Classista* (2)





Fonte: Página do Instagram do CFCak¹³, 2021

O card divulga outra edição do Papo Classista. Os principais textos são, por ordem de hierarquia visual, o tema da live, as informações de data e horário em que ocorreria e o logo do evento (canto esquerdo superior). Há também os nomes e descrições de cada participante, além do logo do coletivo no canto superior direito. A hierarquia visual dos textos se dá devido ao uso de fontes, pesos e cores diferentes. As cores principais do card são o cinza, o amarelo e o vermelho, por ordem de predominância. Foram utilizadas três imagens, uma foto de cada participante.

É possível identificar o uso das mesmas três fontes que no card analisado anteriormente. O uso de cores também se assemelha muito, com a única diferença que o amarelo é mais proeminente neste do que anterior, sendo usado para destacar a participante convidada (que não integra o coletivo), e o vermelho utilizado nas informações de local e hora não cria um contraste com o cinza tão visível quanto o branco ou o amarelo. Além disso, a cor branca tem maior visibilidade e o uso de imagens recortadas também está presente neste material.

¹³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CU-R97fL5CF/?igshid=MDJmNzVzMjY%3D>>. Acesso em: 20 de ago 2022.

4.4.2 Tá sabendo, trabalhador/a?

Campanha de propaganda política sobre as principais notícias da última semana, que sejam relevantes para a classe trabalhadora.

Figura 6 - Postagem relativa ao quadro *Tá sabendo, trabalhador/a?*



Fonte: Página do Instagram do CFCAK, 2021¹⁴

Este é um post de notícia. No primeiro card, o texto que mais se destaca é o presente na imagem, e a seguir, o título da notícia e o logo da campanha (canto direito), além do logo do coletivo no canto superior esquerdo. No segundo, o texto “apoie nossa página” é o mais proeminente, devido ao seu tamanho, fonte e peso; a seguir os textos dentro do quadrado branco, principalmente as palavras em amarelo, que se destacam ainda mais; por último, as hashtags no canto inferior. As cores predominantes, no primeiro card, são cinza, roxo, amarelo e vermelho, respectivamente. Também estão presentes as cores branca e azul. No segundo card, são as cores cinza, vermelho, amarelo e branco, nesta ordem. O primeiro card conta com uma imagem fotográfica em branco e preto de placas que simulam lápides.

¹⁴ Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CMLjEdfBFQX/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>>. Acesso em: 14 ago 2022.

Nesta postagem, encontramos elementos em comum com os dois posts analisados anteriormente: o uso das cores cinza, amarela e vermelho em predominância, e da mesma fonte de estilo sans serif na maior parte dos textos. Aqui, no entanto, há uma outra fonte além desta, que, apesar de se assemelhar em relação a peso e tamanho com os posts anteriores, é visivelmente de outra família. O tipo utilizado neste caso, remete mais ao Construtivismo russo, por seu aspecto mais “quadrado”. A imagem presente no card é uma imagem técnica com um efeito visual que se assemelha às figuras que são publicadas em jornais, por ser preto e branca e apresentar certo efeito granulado. Esse efeito se assemelha com as obras construtivistas por sua aparência de foto “antiga”, que remete ao material que era usado nas fotomontagens, como o exemplo abaixo. Um elemento que se destaca aqui é o uso do roxo, uma cor mundialmente reconhecida como representante visual do movimento feminista.

4.4.3 Datas de luta relativas ao aborto

Figura 7 - Postagem relativa ao quadro *Datas de luta* (1)



Fonte: Página do Instagram do CFCAK, 2021¹⁵.

¹⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CT2YtwMpSoQ/?high_id=MDJmNzVkMjY%3D>. Acesso em: 14 ago 2022

Card sobre a legalização do aborto, desenvolvido para o dia de luta pela descriminalização e legalização do aborto na América Latina e Caribe, 28 de setembro. O principal texto, que se destaca pelo tamanho, peso e uso de caixa alta, é o título “NEM PRESA NEM MORTA” e em seguida, o subtítulo, logo abaixo. Desta forma, o título, com peso maior, em caixa alta e com tamanho superior, é o primeiro a chamar atenção do observador, que entende a frase como a questão principal do card; o subtítulo, com seu peso e tamanho reduzidos, em caixa baixa, complementa o card com a informação da pauta que aborda ali. Por último, está o logo do Coletivo, no canto inferior direito. A cor predominante da arte é o vermelho, seguido pelo amarelo, marrom e branco, além do roxo escuro como sombra do título. A imagem utilizada não é técnica, e sim uma imagem vetorial produzida digitalmente, mostrando um punho negro erguido e envolto em chamas amarelas.

Este card se assemelha ao construtivismo russo em diversos aspectos. Em primeiro lugar, o uso das cores está completamente de acordo com a forma que eram empregadas nos materiais soviéticos. As formas são simples, impactantes e facilmente reconhecíveis. Há a presença de duas fontes, para além do logotipo: a fonte do título, sans serif e em caixa alta, se destaca pelo seu tamanho e peso aumentados, enquanto o subtítulo é o segundo na hierarquia visual textual, também sans serif, mas em caixa baixa. O punho erguido remete à luta do movimento socialista. Todos esses aspectos podem ser observados também na Figura 2.

Figura 8 - Postagem relativa ao quadro *Dias de luta* (2)



Fonte: Do próprio autor, 2022.

Este post, diferente dos anteriores, consiste quase totalmente em imagens. São imagens técnicas, produzidas com uma máquina fotográfica profissional ou de celular, de uma arte em grafite¹⁶ em um prédio, mostrando-a em diferentes tamanhos, com e sem as militantes em frente à obra. O tema do grafite é uma mulher negra, com o punho cerrado erguido acima de sua cabeça, com um lenço verde cobrindo sua boca e nariz. Em sua camiseta está estampada a sigla “CFCAK” e o cenário que a envolve é uma fábrica e engrenagens. As cores predominantes são o laranja, o cinza, o verde e o vermelho, por ordem de destaque. O único texto encontrado na imagem está dentro de um balão pintado ao lado da figura principal da mulher com o punho levantado: “Nem presa, nem morta! Aborto legal pela vida das mulheres trabalhadoras!”. A fonte usada foi desenvolvida pela própria artista que realizou o grafite, com um estilo próprio à essa forma de arte, em caixa alta e com linhas mais grossas.

Começamos analisando o grafite em si: ele apresenta muitos elementos que estiveram presente na luta das mulheres trabalhadoras, como a mulher negra, com o punho cerrado e erguido, o cenário da fábrica (onde o movimento das mulheres trabalhadoras tomou forma e tamanho), as engrenagens da fábrica (representando o processo produtivo) e o uso predominante das cores vermelho, cinza e verde. Vale ressaltar aqui o motivo da escolha de uma trabalhadora negra para o grafite: essas mulheres representam 61,6% do trabalho doméstico sem vínculo empregatício (ou seja, sem nenhum direito trabalhista), além de receberem o menor salário e serem maioria nas categorias de desocupação, subocupação e subutilização da força de trabalho ampliada, de acordo com o Boletim das Mulheres Negras no Mercado de Trabalho do 1º trimestre de 2021, publicado pelo IBGE no mesmo ano (FILLETI; GORAYEB; DE MELO, 2021). As fotos que contém as militantes em frente mostram sua relação de proximidade com o conteúdo apresentado no mural, todas com o punho erguido e utilizando camisetas vermelhas com o logo do coletivo. Estes elementos criam uma coesão visual e de conteúdo entre o post e os materiais

¹⁶ O grafite é uma forma de arte que carrega consigo uma conotação social e histórica. De acordo com Fernandes (2017) "está ligado diretamente a vários movimentos, alguns baseados na ideia de expor certa opressão sofrida pelas classes ditas inferiores ou menos favorecidas, refletindo então a realidade da sociedade e servindo de um meio de expressão, misturando formas, cores, sentimentos e etc, o grafite é cor, é linguagem, é textura, é arte e é denuncia urbana." (FERNANDES, 2017, p. 1)

historicamente produzidos pela classe trabalhadora em luta, como da Rússia soviética, inclusive as mulheres.

4.5 Discussão da análise

A partir da análise realizada dos posts selecionados sobre o tema aborto, é possível traçar uma ligação da comunicação visual do Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai e o construtivismo russo, que fez parte da Arte de Vanguarda da Revolução Russa (1917). As cores são o aspecto que mais aproxima ambos: o uso predominante do preto, vermelho, amarelo e branco, dão aos cards do CFCAK um caráter visual coerente com o conteúdo marxista-ortodoxo de seu conteúdo. Quanto à tipografia, é possível identificar a influência deste movimento artístico e sua articulação com outros elementos mais modernos, pois há o uso de fontes que remetem os tipos usados na produção dos cartazes soviéticos, com seus pesos e tamanhos característicos, mas há também o emprego de fontes modernas, sem serifa, com linhas mais finas, que condizem com o momento histórico e a plataforma onde o coletivo está vinculando essas mensagens. Por fim, no uso das imagens também é possível observar uma influência, mesmo que mais sutil, do movimento construtivista: o uso de efeitos e filtros de imagem para deixá-la com aspecto de “antiga”, ou a foto que se veria impressa nos jornais soviéticos, e também o uso de imagens recortadas, no estilo fotomontagem, tão característico desse movimento artístico.

É interessante observar como elementos comunicacionais que, na Rússia soviética eram pautados pela disponibilidade (ou não) dos materiais para produzir os cartazes, como por exemplo as tintas e os tipos diferentes, através de sua evolução como movimento de luta na História, passaram a carregar e transmitir a própria ideologia socialista, e foram adaptados nas últimas décadas ao mundo digital. Isso nos mostra o poder da comunicação visual como uma ferramenta multidisciplinar, contribuindo para a propaganda política e a continuação e fortalecimento de movimentos de luta contra a exploração e opressão do capital.

Ainda assim, houve elementos diferentes do que seriam esperados: considerando que a bandeira de luta pela legalização do aborto é da cor verde, seria esperado que este componente visual tivesse uma presença muito maior nos materiais analisados, mas na realidade ele mal apareceu. A partir da análise

bibliográfica que fizemos até aqui, é possível inferir que essa questão pode se dar por uma prioridade do CFCAK em tratar a questão da mulher - e, conseqüentemente, do aborto - fundamentalmente como uma questão de classe, e não uma pauta separada que necessite sua própria comunicação. Assim, o coletivo dá ao seu material uma coesão visual e também de conteúdo.

Diante do exposto, conclui-se que o Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai trata em seu Instagram sobre o tema aborto como uma pauta de luta de direito das mulheres trabalhadoras, sendo o recorte de classe fundamental. Ele utiliza aspectos que remetem ao construtivismo soviético, criando uma conexão visual entre o coletivo e a pauta de luta anticapitalista. Considerando que, na última década, o Instagram passou a ser uma das redes sociais mais usadas no mundo, especialmente no Brasil, o papel do perfil do CFCAK na plataforma é de grande importância: através de suas postagens, alcança mulheres e homens trabalhadores, faz propaganda política que denuncia a exploração do sistema capitalista e os convoca para a luta pela emancipação da classe, tendo o direito ao aborto seguro e legal como uma de suas bandeiras. Ainda que o perfil não tenha uma quantidade de seguidores considerada alta, ele é uma poderosa ferramenta de comunicação do CFCAK com a sua própria classe e tem potencial de se expandir, inclusive para locais onde geograficamente seria impossível atuar sem estar no mundo digital.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu entender como o Coletivo Feminista-Clasista Alexandra Kollontai propaga o tema aborto em sua rede social Instagram para contribuir com uma compreensão mais aprofundada sobre a atuação do movimento feminista de caráter classista nas redes, a partir de uma metodologia bibliográfica pautada pelo materialismo-histórico-dialético e uma metodologia da parte empírica pautada pelos indicadores cor, tipografia e imagens.

Para se atingir uma compreensão da forma como o CFCAK propaga o tema do direito ao aborto em seu Instagram, definiu-se três objetivos específicos. O primeiro foi identificar e analisar elementos do design na comunicação digital: cores, fontes e imagens, e como eles se relacionam com o tema aborto e feminismo classista. Verificou-se que a comunicação visual do coletivo é influenciada pelo movimento construtivista russo, marcado pelo uso predominante das cores preto, vermelho, amarelo e branco, de fontes de grande peso e em tamanhos que lhe deem destaque no material, além de imagens recortadas e utilizadas da mesma forma que eram feitas as fotomontagens dos cartazes soviéticos. Depois, objetivamos apresentar a posição do CFCAK sobre o tema aborto. A análise permitiu concluir que o coletivo não só é a favor da legalização deste procedimento no Brasil e no mundo todo, mas também vê esta como uma pauta de classe: ou seja, os problemas particulares às mulheres trabalhadoras, como o acesso ao aborto seguro, dizem respeito à sua condição de classe, de modo que apenas com a destruição do capitalismo será possível emancipá-las desta e de outras opressões. Com base nesta pesquisa, é possível compreender que essa comunicação contribui para dar visibilidade e força ao tema do aborto, para que cheguem em outras mulheres, potencializando assim o debate e os movimentos concretos de luta pela legalização do procedimento, como manifestações de rua, por exemplo.

Em termos de comunicação, é pertinente lembrar da importância que os jornais criados pelas próprias mulheres trabalhadoras no fim do século XIX e início do século XX, por exemplo, como o *A Igualdade* das alemãs, ou o *La Voix des Femmes* das

feministas francesas. Esses jornais eram utilizados como ferramentas centrais para disseminar suas ideias, reunir militantes e informar feministas do mundo inteiro sobre o que ocorria em seus países. Atualmente, o CFCAK utiliza da rede social Instagram de forma semelhante: como um meio de falar sobre o feminismo-classista, informar a classe trabalhadora sobre pautas e acontecimentos pertinentes e mobilizá-la para a luta feminista e anticapitalista.

A importância de abordar o tema aborto se dá porque, como mencionamos durante esta monografia, ele ainda é polêmico no Brasil e em diversos outros países, sendo ilegal na maioria dos casos e, portanto, realizado de forma clandestina e insegura pelas mulheres trabalhadoras que não têm condições financeiras para realizar o procedimento de forma segura, em outro país onde ele é legalizado, por exemplo. Essas mulheres passam por violência física e psicológica para realizar o aborto de forma ilegal, arriscando sua própria vida.

Sendo assim, o aborto é mais uma pauta pertinente às mulheres trabalhadoras, mas que não se limita a uma questão de gênero: é fundamentalmente uma questão de classe. Este caráter classista é observado nos posts sobre aborto no Instagram do CFCAK, não só pelo seu conteúdo, mas também pela utilização de elementos visuais que remetem a luta anticapitalista que tomou a Rússia soviética, criando uma relação de unidade e coerência entre esses materiais e o seu conteúdo político.

REFERÊNCIAS

15EFLAC, 2020. Disponível em: <<https://www.15eflac.org/>>. Acesso em: 15 set. 2022.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. **IMAGEM**: s. a aparência ótica de um objeto produzida em um espelho, por uma lente, etc. São Paulo: Bookman, 2009.

AZEVEDO, Wilton. **O que é design**. São Paulo: Editora Hedra, 1988. *E-book*.

BARRERAS, Sandra Bitencourt de; WEBER, Maria Helena. Eleições, aborto e temas controversos: o ativismo político-midiático de grupos religiosos e o silenciamento do governo. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, [s. l.], 22 set. 2015. DOI <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v13i2.13853>. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/13853>>. Acesso em: 21 jul. 2022

BBC. O que é o Dia Internacional das Mulheres e como começou a ser comemorado? **BBC News Brasil**, [S. l.], p. 1, 7 mar. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60646605>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BORGES, Caroline; BATISTELA, Clarissa. Juíza de SC impede menina de 11 anos estuprada de fazer aborto e compara procedimento a homicídio. **G1**, Santa Catarina, p. 1, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/20/juiza-sc-aborto-crianca-11-anos-estuprada.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BONNET, Annabelle. “**Feminismo, política, transformação social. História das mulheres e luta sindical na França dos anos 1960-1970**”, *Crítica e sociedade: revista de cultura política*, v. 5, p. 1-27, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BROWN, Jenny. **Birth Strike: The hidden fight over women’s work**. Oakland: PM Press, 2019.

BURIL, Barbara. Arte: da Vanguarda ao Realismo Socialista. In: **Revista Continente (online)**: 01 mai. 2017. Disponível em: <<https://revistacontinente.com.br/edicoes/197/arte--da-vanguarda-ao-realismo-socialista>>. Acesso em: 01 set 2022.

CARBAJAL, Mariana. **El histórico encentro feminista de San Bernardo de 1990: 28S: las latinoamericanas que lanzaron el Día Internacional por el derecho al aborto**. Página 12. 2022. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/371262-28-s-las-latinoamericanas-que-lanzaron-el-dia-internacional->. Acesso em: 15 set. 2022.

CASTRO, Ana Beatriz Cândido; SANTOS, Jakciane Simões; SANTOS, Jássira Simões dos. **Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina na sociabilidade capitalista**, 2018. (disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51197-29062018-084053.pdf. Acesso em 22 de agosto de 2022.)

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014

COELHO, M. Vozes que ecoam: Feminismo e Mídias Sociais. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 214–224, 2016. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/1543. Acesso em: 22 ago. 2022.

COLETIVO FEMINISTA-CLASSISTA ALEXANDRA KOLLONTAI. **Sobreviver a um aborto é um privilégio de classe!**. Porto Alegre, RS. 2 mar. 2019. Instagram: @CFCAK_. Disponível em: https://www.instagram.com/p/BugqlfRHZA/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 08 set. 2022.

DI FELICE, Massimo. **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

DO CARMO, Quesia Silva; COUTO, Edvaldo Souza. #PrimaveraDasMulheres: O florescer do feminismo nas redes sociais. **Cadernos de Educação**, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/12820/8051>. Acesso em: 16 ago. 2022.

EL YOUSSEF, Alain. A Guerra Civil norte-americana e a crise da escravidão no Império do Brasil: o caso da Lei do Ventre Livre. In: **7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. 2015.

ENGELS, Frederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FERNANDES, Florestan. **Nós e o Marxismo**. Ed. Expressão Popular, 2011.

FERNANDES, Micheli Toretta. Projeto grafite: expressão, reflexão e arte. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos, [s. l.], 13 dez. 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8208?show=full>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FILLETI, Juliana de Paula; GORAYEB, Daniela Salomão; DE MELO, Maria Fernanda Godoy Cardoso. Mulheres Negras no mercado de trabalho no 1º trimestre de 2021. In **FACAMP: Boletim NPEGen Mulheres Negras no Mercado de Trabalho**. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 01, junho de 2021.

FÓRUM ABORTO LEGAL RS. **Chegamos no Instagram!**. Porto Alegre, RS. 26 abr. 2021. Instagram: @forumabortolegalrs. Disponível em:

https://www.instagram.com/p/COJQi0YDvEb/?utm_source=ig_web_copy_link.

Acesso em: 08 set. 2022.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. Estudos Feministas, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

FREITAS, Angela. Aborto: Guia para profissionais de comunicação: Uma publicação das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro. **Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro**, Recife, 2011. Disponível em: <http://abortoemdebate.com.br/arquivos/Aborto_Guia_comunicacao.pdf > . Acesso em: 21 jul. 2022.

FRENTE PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO RS. **É pela vida das mulheres!**. Porto Alegre, RS. 25 set. 2020. Instagram: @freplars. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CFkrJBiHiVg/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 08 set. 2022

G1 (a). Aborto nos EUA: entenda o que era a decisão que garantia o direito, como foi derrubada e como fica acesso de agora em diante. **G1**, [S. l.], 24 jun. 2022. Mundo, p. 1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/06/24/aborto-nos-eua-entenda-o-que-era-a-decisao-que-garantia-direito-ao-procedimento-e-a-foi-derrubada.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2022.

G1 (b). Entenda o caso 'Roe contra Wade', que garante aborto nos EUA e que Suprema Corte pode derrubar. **G1**, [S. l.], 3 maio 2022. Mundo, p. 1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/05/03/conheca-o-caso-roe-contra-wade-que-garante-aborto-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2022.

G1. Dia Internacional da Mulher: a origem operária do 8 de Março. **G1**, [S. l.], 8 mar. 2021. Economia, p. 1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/08/dia-internacional-da-mulher-a-origem-operaria-do-8-de-marco.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GUIMARÃES, Luciano. **As cores na mídia: a organização da cor-informação no jornalismo**. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores**. São Paulo: Annablume, 2000.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2015.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. Trad. Leo Vinicius Liberato. Prefácio de Sílvio Almeida. São Paulo: Veneta, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/06/01/politica-identitaria-asad-haider/>. Acesso em: 12 set. 2020.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. Brasiliense, 2017.

KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada**. Traduzido por Lígia Gomes. São Paulo: Sundermann, 2007.

Disponível em: <https://caterinas.info/wp-content/uploads/2016/07/kollontai_miolo.pdf> Acesso em: 22 jul. 2022.

KOLLONTAI, Alexandra. **A revolução socialista e as mulheres**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

KRÚPSKAIA, Nadejda. Sobre o congresso da operárias e camponesas (1927). In: SCHNEIDER, Graziela. **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017a.

KRÚPSKAIA, Nadejda. Guerra e maternidade (1920). In: SCHNEIDER, Graziela. **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017b.

LAILER, Christiane. **A Lei do Ventre Livre: interesses e disputas em torno do projeto de “abolição gradual”**. Revista Escritos, Rio de Janeiro, n. 5, p. 169-205. 2011. Disponível em: https://escritos.rb.gov.br/numero05/FCRB_Escritos_5_9_Christiane_Laidler.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **A revolução proletária e o renegado Kautsky**, Tradução Henrique Canary. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sudermann, 2005.

_____. **Obras completas de V. I. Lênin, Tomo 27**. Moscú: Editorial Progreso, 1985.

_____. O campesinato e a classe operária (1913). In: **MIA - Marxists Internet Archive. Novidades**. [S.l.], 03 fev. 2022. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/Lênin/livros/alianca/40.htm>. Acesso em: 13 set. 2022.

_____. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARCELINO, Giovanna Henrique. Feminismo, ponto de renovação do marxismo. In **Revista Outubro**, n. 33, 2º semestre de 2019.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. ATENDIMENTO HUMANIZADO AO ABORTAMENTO: **Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**. Caderno no 4. 2 ed. Brasília: Pag. 62. MS, 2011.

MORAIS, Lays Bárbara Vieira. Lugar de fala, política identitária e seus reflexos na práxis da esquerda. In: **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 9, n. 1, p. 80-96, jan./jun., 2020. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v9i1.13939>.

OLIVEIRA, Camila Rodrigues de. **A cor na comunicação visual do Instagram: Um estudo de caso da marca de underwear Pantys**. Covilhã, mar 2021. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/12000/1/8045_17641.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; LADOSKY, Mario Henrique Guedes. Das greves do abc ao conselho de relações de trabalho: chances e limites da ação sindical institucional. In **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-097131/104>

NAÇÕES UNIDAS. OMS diz que 25 milhões de abortos inseguros são praticados por. **ONU News**, [S. l.], p. 1, 29 set. 2017. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2017/09/1595981-oms-diz-que-25-milhoes-de-abortos-inseguros-sao-praticados-por-ano>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935, [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11976/2/Dulce%20Chaves%20Pandolfi%20-%20A%20Alian%C3%A7a%20Nacional%20Libertadora%20e%20a%20Revolta%20Comunista%20de%201935_P.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2022.

PARADIS, Clarisse; ROURE, Sarah de. Socialismo democrático: Origens históricas do feminismo socialista e as mulheres na Rússia revolucionária. In: **A revolução socialista e as mulheres**, São Paulo, p. 129 - 151, 1 dez. 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/35190566/As_origens_hist%C3%B3ricas_do_feminismo_socialista_e_as_mulheres_na_R%C3%BAssia_revolucion%C3%A1ria>. Acesso em: 5 jul. 2022.

RALLO, Rafael. **Tipografia**: como usar um dos pilares do Design Gráfico a seu favor. In: Blog Rock Content, 12 abr. 2018. Disponível em: <<https://rockcontent.com/br/blog/tipografia/>>. Acesso em: 03 set 2022

RANGEL, Bruna. Por que o roxo e o verde são considerados as cores do movimento feminista? In: **Não Me Kahlo**, jun. 2022. Disponível em: <<https://naomekahlo.com/porque-o-roxo-e-o-verde-sao-as-cores-do-movimento-feminista/>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

REBOUÇAS, Melina Séfora Souza; DUTRA, Elza Maria do Socorro. Não Nascer: algumas reflexões fenomenológico-existenciais sobre a história do aborto. **Psicologia em estudo**, [s. l.], 12 abr. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/4L8z7BVhwSCDv5KngX65TPs/?lang=pt&format=html#>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

RESTREPO, Alejandra; BUSTAMANTE, Ximena. **XI Encuentros feministas latinoamericanos y del caribe: apuntes para una historia en movimiento**. Monarca Impresoras. México: 2009.

RODRIGUES, Suzana. Conheça a história do feminismo no Brasil. **ISTOÉ**, [S. l.], 6 mar. 2022. Saúde da mulher, p. 1. Disponível em: <https://istoe.com.br/conheca-a-historia-do-feminismo-no-brasil/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SANTOS, Leonardo Schwertner. **Construtivismo russo: a arte e o design gráfico dos cartazes soviéticos**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Design) - Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2014. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/693/1/2014LeonardoSchwertnerdosSantos.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SILVA, Cyntia de Oliveira e; TUMOLO, Paulo Sergio. Formação Política e Projeto Histórico de Classe. A Trajetória Histórico-Política Do 13 De Maio Nep – Núcleo De Educação Popular. In **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 118-131; ago. 2010.

SOUZA, Milena Goulart. **Prevalência e características sociodemográficas de mulheres com aborto provocado em uma amostra da população da cidade de São Paulo, Brasil**. Rev. Bras. Epidemiol., São Paulo, v. 17, n. 2, p. 297-312, Jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v17n2/pt_1415-790X-rbepid-17-02-00297.pdf> Acesso em: 23 de set. de 2022.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. [S. l.]: Brasiliense, 1993. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4220349/mod_resource/content/1/TELES%2C%20Maria%20Am%C3%A9lia.%20Breve%20hist%C3%B3ria%20do%20feminismo%20no%20Brasil.%20%281%29.pdf> . Acesso em: 9 ago. 2022

TERRA, Victor do Vale. **Representação e Imagem: O Instagram como Ferramenta de Produção de Novos Sentidos**. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: <http://historiafilosofiareligiao.com/hfr/uploads/file/monografia_victor_terra.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

VALINOR , Rodrigo. **O que é Instagram? Guia completo sobre a rede social**. [S. l.], 11 abr. 2022. Disponível em: <https://www.remessaonline.com.br/blog/o-que-e-instagram/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

VIANNA, Cynthia Semíramis Machado. **A reforma sufragista: marco inicial da igualdade de direitos entre mulheres e homens no Brasil**. Orientador: Profa. Dra. Mônica Sette Lopes. 2017. Tese de doutorado (Doutorado em Direito da Faculdade de Direito) - Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ASUHQL/1/semiramis_final_com_anexos.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

VIEIRA, Vera de Fatima. **Comunicação e feminismo: as possibilidades da era digital**. 2012. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.27.2012.tde-22052013-163040. Acesso em: 12 set. 2022.

VICENTA. Direção: Dário Doria. Produção de Felicitas Raffo, Pamela Livia Delgado e Virginia Croatto. Argentina: 2020.

VOGUE. Porque o verde virou a cor na luta pela legalização do aborto. **VOGUE**, [S. l.], p. 1, 1 jul. 2022. Disponível em: <https://vogue.globo.com/atualidades/noticia/2022/07/porque-o-verde-virou-cor-na-luta-pela-legalizacao-do-aborto.html>. Acesso em: 10 ago. 2022.

WORLD Health Organization. Contraception: Evidence Brief. Geneva, 2019. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/329884/WHO-RHR-19.18-eng.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2022.

WILLIAMS, Robin. **Design para quem não é designer**: Noções básicas de planejamento visual. São Paulo: Editora Callis, 1995. Disponível em: <http://comcom.fac.unb.br/images/docs/Design.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ZETKIN, Clara. **Lênin e o movimento feminino (1920)**. In: MIA - Marxists Internet Archive. Novidades. [S.l.], 23 jan. 2008. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1920/mes/Lênin.htm>> Acesso em: 12 set. 2022.